



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

ERIKA SABRINA DOS SANTOS SILVA

**A INDISSOCIABILIDADE ENTRE O CUIDAR, O EDUCAR E O ENSINAR NA
CONCEPÇÃO DE PROFESSORAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM JOÃO
PESSOA - PB**

JOÃO PESSOA - PB

2024

ERIKA SABRINA DOS SANTOS SILVA

**A INDISSOCIABILIDADE ENTRE O CUIDAR, O EDUCAR E O ENSINAR NA
CONCEPÇÃO DE PROFESSORAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM JOÃO
PESSOA - PB**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
apresentado ao Curso de Pedagogia, na
Universidade Federal da Paraíba, *Campus I*,
como requisito para aprovação no referido
Curso e obtenção do grau de Licenciada em
Pedagogia.

Orientadora: Prof^a Dra. Maria das Graças de
Almeida Baptista

JOÃO PESSOA - PB

2024

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S586i Silva, Erika Sabrina dos Santos.

A indissociabilidade entre o cuidar, o educar e o ensinar na concepção de professoras da educação infantil em João Pessoa - PB / Erika Sabrina dos Santos Silva. - João Pessoa, 2024.
62 f.

Orientação: Maria das Graças de Almeida Baptista.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - UFPB/CE.

1. Educação infantil. 2. Cuidar. 3. Educar. 4. Ensinar. I. Baptista, Maria das Graças de Almeida. II. Título.

UFPB/CE

CDU 373.2(043.2)

**A INDISSOCIABILIDADE ENTRE O CUIDAR, O EDUCAR E O ENSINAR NA
CONCEPÇÃO DE PROFESSORAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM JOÃO
PESSOA - PB**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
apresentado pela graduanda Erika Sabrina
dos Santos Silva, do Curso de Pedagogia da
Universidade Federal da Paraíba (UFPB),
Campus I, tendo obtido a nota 10,0, conforme
a apreciação da Banca Examinadora.

Orientadora: Prof^a Dra. Maria das Graças de
Almeida Baptista

Aprovada em: 10/05/2024

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **MARIA DAS GRACAS DE ALMEIDA BAPTISTA**
Data: 10/05/2024 16:58:16-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dra. Maria das Graças de Almeida Baptista
Universidade Federal da Paraíba

Documento assinado digitalmente
 **DANIELLE CRISTINE CAMELO FARIAS**
Data: 10/05/2024 17:35:58-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dra. Danielle Cristine Camelo Farias
Universidade Federal da Paraíba

Documento assinado digitalmente
 **REBECKA WANDERLEY TANNUSS**
Data: 10/05/2024 18:27:59-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dra. Rebecka Wanderley Tannuss
Universidade Federal da Paraíba

Documento assinado digitalmente
 **VALDINELIA VIRGULINO DE SOUZA SILVA**
Data: 10/05/2024 21:34:39-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dra. Valdinelia Virgulino de Souza Silva
Universidade Federal da Paraíba

JOÃO PESSOA
2024

Dedico este trabalho à minha família que
sempre esteve ao meu lado e à Deus, que
foi o meu alicerce em toda a minha
trajetória acadêmica.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço à Deus por me permitir alcançar esse objetivo, iluminando meus passos, minhas decisões e me dando forças diariamente nessa caminhada. Ele que com todo o seu amor sempre ouviu minhas orações e me conduziu para superar todas as dificuldades que surgiram durante o percurso.

Agradeço à minha família, minha mãe Lucicleide dos Santos, meu pai Erivonaldo P. Sobrinho por toda dedicação e incentivo. Meus irmãos, Maria Clara, Maria Luiza, Pedro Vinícius e Rafael Moura, que são motivos de força e inspiração para mim. Aos meus avós que mesmo distantes fisicamente sempre me apoiaram, torceram por essa conquista e foram minha casa por 18 anos.

Ao meu namorado, Jalyrson Marcelo, que desde o início sempre acreditou em mim, estando ao meu lado mesmo diante de tantas dificuldades. Suas palavras de apoio e incentivo nos meus dias mais difíceis foram essenciais para essa conquista.

As minhas companheiras de todas as tardes na Universidade: Alice Oliveira, Elisete Moura, Fabíola Urtiga, Lidiane Silva, e tantas outras pessoas que foram fundamentais nesse processo.

Em especial, agradeço à Alice, amiga que a Pedagogia me presenteou e eu levarei para a vida, desde o início sendo minha dupla e dividindo alegrias, anseios e nervosismos. Que bom que tive vocês ao meu lado.

Aos meus amigos de caminhada Cristã, obrigada por cada palavra de incentivo, cada momentos juntos, cada conquista dividida, ter vocês comigo foi de grande importância nesse processo de nova cidade, novo mundo e novas amizades. Eu amo vocês!

A todos/as que fazem parte do grupo PROLICEN, que a cada semana com nossas trocas, leituras e discussões contribuíram na minha graduação, iluminando minhas ideias e me fazendo despertar cada vez mais o interesse pela pesquisa e pelos estudos no âmbito da Educação.

À Rebeca Gouveia, por ter me apresentado o PROLICEN, sempre me incentivando e me ajudando em todas as dúvidas que surgiam no caminho, seus conselhos e apoio foram fundamentais na minha formação.

Agradeço também à minha orientadora Maria das Graças de Almeida Baptista por todo o conhecimento compartilhado, todas as orientações no processo de escrita desse trabalho, pela compreensão e por toda a sua dedicação ao grupo de estudos

citado acima, desenvolvendo debates ricos e de extrema importância para o aprendizado de todos que dele fazem parte.

Por fim, a todos(as) que de alguma maneira contribuíram para que eu chegasse aqui, meu muito obrigada!

Suba o primeiro degrau com fé. Não é necessário que você veja toda a escada. Apenas dê o primeiro passo.

Martin Luther King

RESUMO

A relação entre cuidar e educar, conforme preconizado pelas Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil, assim como nas Diretrizes Pedagógicas Municipais de João Pessoa, deve ser incorporada nas práticas educativas para o desenvolvimento integral das crianças na Educação Infantil, de forma a não haver uma dicotomia entre o cuidar e o educar. Contudo, partindo de discussões e experiências vividas pela pesquisadora, durante a sua trajetória acadêmica, em que o ensino aparece como um terceiro elemento da prática educativa, o presente estudo propõe compreender as concepções de professoras de Educação Infantil sobre o ensino presente no binômio “cuidar e educar”. Assim, para alcançar tal objetivo, foi realizada uma pesquisa qualitativa na perspectiva do materialismo histórico e dialético. Para participar da pesquisa, foram convidadas de forma voluntária, 4 (quatro) professoras da Educação Infantil de 2 (dois) Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI), sendo 2 de cada instituição e que atuam no Agrupamento do Pré II com crianças de 04 à 05 anos e 11 meses. Para a coleta das informações foram realizadas entrevistas semiestruturadas e em seguida transcritas. Os resultados obtidos após as análises apontam que nas concepções das professoras entrevistadas o ensino encontra-se presente em suas práticas pedagógicas, por um lado atravessando o binômio “cuidar e educar”, mesmo que esse fato apareça algumas vezes de maneira implícita; e, por outro lado, há uma negação da indissociabilidade na máxima “cuidar e educar”, posto que o cuidar acaba se sobressaindo na prática pedagógica dessas docentes. Dessa forma, o presente estudo aponta a concepção crítica do ensino, na Educação Infantil, situada na perspectiva da Pedagogia Histórico-Crítica (PHC), tendo em vista o papel da educação na formação humana dos sujeitos e do professor na formação das novas gerações.

Palavras-Chaves: Educação Infantil; Cuidar; Educar; Ensinar.

ABSTRACT

The relationship between caring and educating, as recommended by the Curriculum Guidelines for Early Childhood Education, as well as in the Municipal Pedagogical Guidelines of João Pessoa, should be incorporated into the educational practices for the integral development of children in Early Childhood Education, so that there is no dichotomy between caring and educating. However, starting from discussions and experiences lived by the researcher, during her academic trajectory, in which teaching appears as a third element of educational practice, the present study proposes to understand the conceptions of Early Childhood Education teachers about the teaching present in the binomial "care and educate". Thus, to achieve this goal, a qualitative research was carried out from the perspective of historical and dialectical materialism. To participate in the research, 4 (four) teachers of Early Childhood Education of 2 (two) Municipal Centers of Early Childhood Education (CMEI) were invited on a voluntary basis, 2 from each institution and who work in the Pre II Group with children from 04 to 05 years and 11 months. For the collection of information, semi-structured interviews were conducted and then transcribed. The results obtained after the analyses indicate that, in the conceptions of the interviewed teachers, teaching is present in their pedagogical practices, on the one hand crossing the binomial "care and educate", even if this fact appears sometimes in an implicit way; and, on the other hand, there is a denial of inseparability in the maxim "care and educate", since care ends up to stand out in the pedagogical practice of these teachers. Thus, the present study points to the critical conception of teaching, in Early Childhood Education, located in the perspective of Historical-Critical Pedagogy (PHC), in view of the role of education in the human formation of subjects and the teacher in the formation of new generations.

Keywords: Early Childhood Education; Care; Educate; Teach.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

CE - Centro de Educação

CF – Constituição Federal

CMEI – Centro Municipal de Educação Infantil

DCEI – Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil

DCNEI – Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil

DCNs - Diretrizes Curriculares Nacionais

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

EI – Educação Infantil

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MHD- Materialismo Histórico e Dialético

PCN's – Parâmetros Nacionais de Qualidade

PHC – Pedagogia Histórico Crítica

PIBIC - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

PME – Plano Municipal de Educação

PNE – Plano Nacional da Educação

PROLICEN – Programa de Licenciaturas

RCNEI – Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E FILOSÓFICOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL	19
2.1	Breve contextualização histórica da Educação Infantil	19
2.2	Educação Infantil e a Legislação Nacional	23
2.3	A Educação Infantil na Paraíba e em João Pessoa	25
2.4	O cuidar e educar na Educação Infantil	27
2.4.1	O cuidar	28
2.4.2	O educar	29
3	PEDAGOGIAS ATIVAS: UMA COMPREENSÃO PÓS-MODERNA DA EDUCAÇÃO INFANTIL	32
3.1	Aportes teóricos para a Pedagogia Ativa	32
3.2	A relação professor-aluno	35
4	PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA: A EDUCAÇÃO INFANTIL COMO FORMAÇÃO HUMANA	39
4.1	Contextualizando a Pedagogia Histórico Crítica	39
4.2	A Pedagogia Histórico Crítica e a formação humana	40
4.3	A escola e o ensino na Pedagogia Histórico-Crítica	43
5	O CUIDAR, O EDUCAR E O ENSINAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL EM JOÃO PESSOA: UM ESTUDO DAS CONCEPÇÕES DE PROFESSORAS	45
5.1	Os Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI)	45
5.2	O cuidar	46
5.3	O educar	47
5.4	O ensinar	49
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
	REFERÊNCIAS	56
	APÊNDICES	60
	ANEXOS	63

1. Introdução

Diante dos inúmeros avanços em torno da educação das crianças pequenas, como por exemplo, as grandes contribuições teóricas e os significativos avanços da legislação brasileira no que diz respeito ao direito da criança à educação de qualidade em todas as instâncias, a realidade expõe um grande descompasso entre o que está na lei e o cotidiano de muitas instituições infantis, em especial, no que aludem os profissionais e suas competências na Educação Infantil.

O ato de cuidar e educar na educação infantil não é uma tarefa fácil, pois trabalhar com crianças pequenas tem como ponto inicial conhecer seus interesses e necessidades. No processo educacional conforme preconizado pelas Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil, assim como nas Diretrizes Pedagógicas Municipais de João Pessoa, tanto o cuidar, quanto o educar devem estar inteiramente ligados entre suas funções. Ao estabelecerem-se pelas práticas pedagógicas visam desenvolver as capacidades, atitudes e aptidões das crianças. Ao reconhecer os valores necessários para uma vida em comum, o educador deve ter uma preocupação constante ao mediar os direitos igualitários de cuidar e educar, juntamente com a escola diante do meio social, de formar sujeitos capazes para o desenvolvimento de habilidades cognitivas, como também atender as relações de cuidados e educação que a criança necessita.

O entendimento da indissociabilidade da relação do cuidar e educar que as instituições de Educação Infantil devem ter é algo recente. Se olharmos para a trajetória das creches e pré escolas, é possível perceber que haviam duas formas de trabalho: aquelas que realizavam trabalho assistenciais e as que se ocupavam das funções educativas. Conforme a educação de crianças foi avançando, percebeu-se que essa dicotomia era falsa.

A Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) Lei nº 8.069/90, e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9394/96, contribuíram para que a Educação Infantil fosse considerada, pela primeira vez, como etapa da Educação Básica, integrando o cuidar e o educar como indispensáveis e indissociáveis.

O cuidar e educar devem compreender que o espaço e o tempo em que cada uma vive, exige uma mobilização privativa e a mediação dos adultos como forma de estimular a curiosidade, e uma ação conjunta dos educadores e demais membros da

instituição, isso é essencial para garantir que o cuidar e educar aconteça de forma integrada. Para isso, torna-se necessário um comprometimento de todos para o bem-estar da criança.

Ao longo do curso e diante dessa problemática, o interesse pelo tema se fortaleceu a partir do 5º (quinto) período do curso de Pedagogia, cursando o componente curricular de Estágio Obrigatório da Educação Infantil em um Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI), na cidade de João Pessoa-PB, onde nas observações pude constatar que a prática do “cuidar” se sobressaia em relação à prática do “educar”, causando assim uma certa inquietação a respeito do objetivo da prática pedagógica na Educação Infantil.

No que diz respeito ao estágio, em especial o estágio supervisionado obrigatório, ele é visto numa perspectiva de experiência na formação, e de relação teoria e prática. Assim, essas três categorias encontram-se intimamente articuladas, mostrando caminhos para a formação de um profissional autônomo, crítico e reflexivo.

A finalidade do estágio é proporcionar uma leitura prática da vida, mas sem deixar de lado a leitura teórica que nesse contexto se caracteriza como guia da ação, que interfere no modo como às pessoas leem e interpretam a realidade, possibilitando uma formação com uma postura reflexiva e dialética, valorizando os saberes da prática docente, por meio da reflexão e análise do saber teórico e prático. Com isso, o estágio que é destacado como um elemento central nos cursos de formação inicial de professores, torna-se condição para promover o saber e o fazer sobre a educação das crianças pequenas nas instituições educativas.

O propósito de estudar e discutir esse tema dentro da academia é para que, estudantes do curso que visam atuar dentro de sala de aula busquem cada vez mais crescer e se conscientizar nesse âmbito deixando claro a importância da indissociabilidade entre o cuidar e educar na etapa da Educação Infantil.

A história é importante porque nos permite compreender o presente, pois saber como aconteceram processos civilizatórios anteriores ao nosso nos possibilita identificar avanços e limitações que os homens produziram ao longo das relações sociais em diferentes contextos. Refletir as práticas de cuidar e educar como ações indissociáveis é respeitar as especificidades da criança, contribuindo para o desenvolvimento integral da infância, de forma a englobar diferentes aspectos. O cuidar e o educar, conforme aponta Ciríaco e Zanerati (2015, p.59), “exercem uma função relevante no processo de desenvolvimento humano de modo geral”. Assim, “a

prática do professor de Educação Infantil precisa estar articulada com esses princípios de forma a integrar atividades ligadas ao binômio no sentido de contribuir para a aprendizagem no espaço da creche.”

O cuidar e educar consiste em compreender que o espaço e o tempo em que a criança vive exige seu esforço particular e a mediação dos adultos como forma de proporcionar ambientes que estimulem a aprendizagem e curiosidade com consciência e responsabilidade. Dessa maneira, e partindo dessa experiência, surgem alguns questionamentos, na concepção de professoras da pré-escola o ensino encontra-se presente no cuidar e educar? Há uma relação entre o cuidar e educar e o ensinar? A partir disso, surge a questão central dessa pesquisa: Na Educação Infantil o ensino, juntamente com o cuidar e educar, é um dos fatores determinantes no desenvolvimento das crianças?

Afirmamos que a discussão levantada nesse trabalho é atual e fundamental para reflexões que envolvem concepções orientadoras da prática pedagógica da Educação Infantil da atualidade. Avanços, limites e contradições se fazem presentes, sendo necessário instigar debates que venham superar os discursos hegemônicos e encaminhar uma atuação docente posicionada politicamente, comprometida com o ensino crítico ainda que dentro de certos limites imposto pela sociedade capitalista.

Sendo assim, tais questões leva-nos então ao objetivo geral dessa pesquisa que é: analisar a concepção da professora da Educação Infantil sobre o ensino presente no binômio “cuidar e educar”. Para chegar a tal objetivo, foram definidos os seguintes objetivos específicos: evidenciar os aspectos históricos da Educação Infantil e os documentos oficiais que norteiam essa etapa da Educação Básica; apontar os aportes teóricos da Pedagogia Ativa para a relação professor-aluno; debater a Pedagogia Histórico Crítica e suas contribuições na Educação Infantil; analisar a concepção de professoras da Educação Infantil sobre os conteúdos de ensino no cuidar e educar.

Levando em consideração a natureza qualitativa da pesquisa, o estudo desenvolver-se-á na perspectiva do materialismo histórico e dialético, isto é, a articulação e a integração constante entre a prática e a teoria, e os aspectos históricos que permeiam e constituem essa relação.

Para a coleta de informações, foi utilizado como instrumento da pesquisa a entrevista oral semiestruturada, que segundo Triviños (1987, p. 146), “possibilita a partir de certos questionamentos, apoiados em teorias, “compreender o campo das

interrogativas que vão surgindo à medida que recebemos as respostas dos informantes”.

A pesquisa foi desenvolvida em 2 (dois) CMEI'S da cidade de João Pessoa distribuídos nos bairros do José Américo e Mangabeira I que trabalham com turmas do maternal I ao Pré II, seguindo a faixa etária de 2 anos a 5 anos e 11 meses. No que diz respeito às turmas, no município de João Pessoa – PB e seguindo as diretrizes pedagógicas, os agrupamentos da Educação Infantil estão organizados em Berçário (6 meses a 1 ano e 11 meses), Maternal (2 anos a 3 anos e 11 meses, sendo dividido em Maternal I e II) e Pré-escola (4 anos a 5 anos e 11 meses, também divididos em Pré I e II).

Em relação aos sujeitos da pesquisa, selecionamos 4 (quatro) professoras, sendo 2 (duas) de cada unidade. No critério de inclusão, adotamos, primeiro, estar atuando no agrupamento da pré-escola em algum dos CMEI's selecionados; e, segundo, ter atuado em outros agrupamentos de faixas etárias menores em sua trajetória profissional

A fim de proteger a identidade das participantes, todas tiveram acesso ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), concordando em participar desta pesquisa, que por sua vez, e com o intuito de resguardar a identidade das docentes, determinamos a letra “P” seguida de um numeral entre 1 e 4, por exemplo, P1, P2, para identificá-las nos relatos de análises.

Para chegar ao objetivo central da pesquisa, foi elaborado um roteiro que serviu de base para a entrevista semiestruturada, gravada, junto às professoras, no intuito de conhecer, primeiramente suas ideias sobre a Educação Infantil e então compreender suas concepções acerca da temática deste estudo.

A fim de estabelecer um diálogo com o referencial teórico, o campo do fenômeno aqui estudado e partindo das entrevistas realizadas definimos como categorias empíricas o ensinar, o cuidar e o educar. Essas categorias perpassam a prática docente na atualidade e possibilitam refletir sobre a Educação Infantil em seu desenvolvimento histórico. Entre as categorias analíticas, o trabalho apresenta a contradição e a totalidade.

A categoria contradição justifica-se nessa pesquisa no sentido de que exprime o movimento e a dinâmica da realidade concreta, cuja determinação se manifesta nas relações sociais, políticas, econômicas, culturais e educacionais, existentes entre as classes na sociedade capitalista. Cury (1986, p. 27) cita que “negar a contradição no

movimento histórico, é falsear a realidade. Negar a contradição existente na sociedade, termina por afetar a concepção de educação, pois, ao retirar dela a negação, passa-se a representá-la dentro de um real que se desdobra de modo linear e mecânico”.

Sendo assim, na Educação Infantil, observamos que os campos do cuidar e educar são vistos de maneira desarticuladas com o ensino, e que essas desarticulações são como base para estabelecer uma relação entre eles. Relação essa que não ocorre de maneira retilínea, mas em constante atrito e contradição. Nesse entendimento, apontar a contradição no processo de investigação da pesquisa é apontar a realidade em seu movimento e em permanente construção, ou seja, sendo o objeto desse estudo como algo inacabado.

A categoria totalidade por sua vez, trata da relação parte - todo, em que a parte não tem sentido sem a sua relação com o todo. Nesse trabalho a Educação Infantil não se explica nela mesma, mas na realidade concreta que ela se desenvolve, seu contexto histórico e os interesses presentes dentro do cuidar e educar, assim como a negação do ensino nessa etapa. Para Cury (1986, p. 36), a “totalidade não é a soma de todos os fatos e nem a soma de todas as partes” é um processo em movimento a partir das relações de produção e de suas contradições, e é nessa dialética que a realidade pode ser entendida como um todo. Isso justifica que a totalidade tem um efeito analítico se estiver impregnada pela contradição, já que a realidade que estamos analisando, é dinamizada pelas próprias contradições engendradas pelas relações de trabalho e produção.

Para tanto, além desta introdução, este trabalho apresenta mais 4 capítulos com o objetivo de discutir o ensino dentro do binômio do cuidar e educar na Educação Infantil em João Pessoa – PB.

O segundo capítulo, *Fundamentos Históricos e Filosóficos da Educação Infantil*, evidencia aspectos históricos da Educação Infantil, desde a criação dos primeiros jardins de infância, a forma que esse trabalho era ofertado à sociedade, assim como as legislações que norteiam essa etapa da Educação Básica, destacando os conceitos de cuidar e educar nesse âmbito.

O terceiro capítulo, *Pedagogias Ativas: uma compreensão pós-moderna da Educação Infantil*, aborda sobre os aportes teóricos da Pedagogia Ativa para a relação professor-aluno.

O quarto capítulo, *Pedagogia Histórico Crítica: a Educação Infantil como formação humana*, aborda as características da Pedagogia Histórico Crítica (PHC), as contribuições para a Educação Infantil e a forma como o ensino é visto quando relacionado à essa etapa.

O quinto capítulo, *O cuidar, o educar e o ensinar na Educação Infantil em João Pessoa: Um estudo das concepções das professoras*, apresentará uma análise, através das falas dos sujeitos participantes da pesquisa, acerca de suas concepções sobre o ensino presente no binômio “cuidar e educar”. Neste capítulo também são feitas reflexões para compreender tais concepções trazidas pelos sujeitos.

Por fim, no último capítulo, serão colocadas as considerações finais do trabalho, isto é, os apontamentos, reflexões e aprendizagens que foram desenvolvidas a partir desta pesquisa e a importância da mesma para o curso de formação de professores.

2. Fundamentos Históricos e Filosóficos da Educação Infantil

Nesse capítulo, será apresentada uma breve contextualização da infância, imbricada com a história da Educação Infantil no cenário mundial e brasileiro, como os marcos legais têm contribuído de maneira positiva na História da Educação Infantil, assim como a história do “cuidar e educar” na Educação Infantil e como deve-se trabalhar tendo-o como base.

A incursão nas raízes históricas da Educação Infantil é ponto de partida para compreender como essa etapa, marcada historicamente pelas contradições, vem se constituindo e sendo espaço de resistência, fazendo-se necessária situá-la no contexto histórico. Saviani (2013a, p. 4) ressalta que, “o presente se enraíza no passado e se projeta no futuro. Portanto, eu não posso compreender radicalmente o presente se não compreender as suas raízes, o que implica o estudo de sua gênese”.

2.1 Breve contextualização histórica da Educação Infantil

Durante muito tempo a educação da criança pequena foi considerada de pouca importância, pois era necessário apenas que tivesse o básico para sua sobrevivência, como cuidados e alimentação.

O termo infância, como qualquer outra fase da vida, é constituído em função das mudanças sofridas pela sociedade nas relações sociais, políticas, econômicas e culturais de cada época. Em decorrência dessas mudanças, o tratamento relacionado às crianças e a forma de entender o universo delas também sofreram mudanças significativas.

Não existia qualquer concepção de infância que distinguisse a criança do adulto, pois era considerada um “adulto em miniatura” e exercia as mesmas atividades que as pessoas mais velhas. Com isso, não havia um sentimento de infância e de afeto em relação à essas crianças e sim uma espécie de “paparicação” como cita o historiador francês Philippe Ariès (1914 – 1984). O autor sinaliza que era “reservado à criancinha em seus primeiros anos de vida, enquanto ela ainda era uma coisinha engraçadinha. As pessoas se divertiam com a criança pequena como um animalzinho, um macaquinho impudico.” Portanto, “se ela morresse então, como muitas vezes acontecia, alguns podiam ficar desolados, mas a regra geral era não fazer muito caso,

pois outra criança logo a substituiria. A criança não chegava a sair de uma espécie de anonimato". (Ariès, 2015, p. 10).

Dessa forma, o olhar voltado para a criança não era da forma que é visto atualmente e sim como uma transição para a vida adulta, assim como qualquer outra fase. Durante esse período, o trabalho doméstico constituía-se como uma forma comum de educação, tanto para os ricos como para os mais pobres, a criança então aprendia por meio da prática que a partir dos seus 7 anos de idade seria incluída em famílias estranhas para que pudessem aprender os serviços domésticos. Segundo Faria (1997, p. 11), "para a sociedade medieval, o importante era a criança crescer rapidamente para poder participar do trabalho e de outras atividades do mundo adulto."

Com o passar do tempo, mudanças sociais, avanços da ciência e novas formas de organização da sociedade, a realidade foi mostrando que a criança precisava ser reconhecida como sujeito ativo no seu espaço social, passou então a ser vista de maneira mais particular pela sociedade, porém isso aconteceu aos poucos com o surgimento da modernidade no país.

Na medida em que as mudanças sociais ocorriam, o conceito de criança passou a ser visto de 2 formas, por um lado a criança era vista como um "ser inocente, ingênuo" e por outro a mesma era vista como um "ser incompleto" que necessitava da moralização para se desenvolver integralmente. O conceito de criança voltado para a inocência e ingenuidade perpassa até os dias atuais, correspondente de um processo histórico.

Com o avanço do modo de produção capitalista e, conseqüentemente, com a divisão de classes, Kramer (2006, p.19) afirma que, na sociedade feudal, a criança exercia um papel produtivo direto (de adulto) assim que ultrapassava o período de alta mortalidade. Na sociedade burguesa, ela passa a ser alguém que precisa ser cuidada, escolarizada e preparada para uma atuação futura." O conceito de infância é, portanto, "determinado historicamente pela modificação das formas de organização da sociedade."

Com essa análise, percebe-se que as definições acerca da infância e criança foram sendo reformuladas em função da reestruturação econômica, social e familiar. Tendo em vista o grande avanço industrial e às revoluções operárias que tinham por participantes as mulheres que lutavam por melhores condições de trabalho.

Assim, começaram a surgir os primeiros espaços de acolhimento para as crianças, uma vez que os filhos e filhas desses operários necessitavam de um espaço para ficarem enquanto os responsáveis estavam nas indústrias e empresas. As primeiras instituições na Europa e Estados Unidos tinham como objetivos cuidar e proteger as crianças enquanto as mães saíam para o trabalho. Desta maneira, sua origem e expansão como instituição de cuidados à criança estão associadas à transformação da família, de extensa para nuclear. Creches, escolas maternais e jardins de infância tiveram no seu início o objetivo assistencialista, cujo enfoque era a guarda, higiene, alimentação e cuidados físicos das crianças.

É importante destacar que foi em Paris, na França, que surgiram as primeiras creches – espaços que tinham como objetivo abrigar as crianças de zero a três anos que moravam nas ruas ou as que eram filhas de mães operárias -. Neste caso, nota-se que essas instituições surgiram com a necessidade de atender à determinada classe da sociedade, nesse processo de implementação dos espaços, na Europa as creches tinham um propósito educativo, indo além do objetivo de cuidar dessas crianças.

Paralelamente ao surgimento e desenvolvimento das creches ou escolas maternais, começa a se delinear outro tipo de instituição denominada de “Jardins de infância”, idealizado por Friedrich Froebel. Os Jardins de Infância então, foram criados em Blankenburgo, na Alemanha no ano de 1840 e tinha uma preocupação não só de educar e cuidar das crianças, mas de transformar a estrutura familiar de modo que as famílias pudessem cuidar melhor de seus filhos. Froebel acreditava que é nos primeiros anos de vida que a criança precisa de cuidados especiais para desenvolver suas habilidades e se tornar um adulto saudável. Então, nesses espaços, as crianças aprendiam através das brincadeiras e jogos, tudo organizado por uma professora, denominada de jardineira.

Em 1875 foi criado no Rio de Janeiro o primeiro jardim de infância sob os cuidados de entidades privadas e, alguns anos depois, em 1896, foi inaugurado o primeiro Jardim de Infância público, anexo à Escola Normal Caetano de Campos, em São Paulo (Oliveira, 2011). Apesar de pública, esta instituição tinha um caráter elitista, sendo destinada ao atendimento de crianças das classes socialmente privilegiadas.

No Brasil, as creches foram instituídas com o caráter assistencialista, o que diferenciou das demais criadas nos países europeus e norte-americanos como citado anteriormente e que tinham como objetivo um caráter pedagógico. Estas primeiras

instituições de atendimento às crianças de zero a seis anos de idade surgem no Período Imperial, com intuito de ampará-las do abandono nas ruas das cidades. Podem ser dadas como exemplos os orfanatos, asilos para pobres e a Santa Casa de Misericórdia, que tinha a “Roda dos expostos” (consistia em um mecanismo utilizado para abandonar recém-nascidos que ficavam aos cuidados de instituições de caridade), sendo essa a mais remota referência que se tem para assistência à infância.

Por volta de 1870, os jardins de infância foram instalados no Brasil, no Colégio Menezes Vieira. Essa instituição privada atendia crianças entre 5 e 7 anos idade, e era direcionado à elite que com a chegada dos imigrantes europeus no Brasil começaram a se organizar nos centros urbanos mais industrializados e reivindicavam melhores condições de trabalho e criação de instituições de educação e cuidados para seus filhos.

Dessa maneira, torna-se evidente que a Educação Infantil, a princípio, já apresentava um caráter de seleção e exclusão, de modo que não era acessível a todas as classes sociais, pois enquanto os jardins de infâncias constituíam-se como privilégios reservados para elites, e os asilos, os orfanatos e as creches públicas eram destinados para as crianças pobres, filhas de pais e mães operários.

Portanto, enquanto as instituições públicas atendiam às crianças das camadas mais populares, com as propostas de trabalho que partiam de uma ideia de carência e deficiência, os particulares trabalhavam numa perspectiva de cunho pedagógico, funcionando apenas em meio turno, dando ênfase à socialização e à preparação para o ensino regular.

Ao se perceber a importância da Educação Infantil e essa dualidade que se fazia presente, tornou-se importante buscar atender à todas as crianças de forma igualitária independente de classe social. Partindo para novos caminhos, reflexões são realizadas sobre a infância e novos olhares de caráter científico são destinadas às crianças, de forma a contribuir na efetivação de leis que resguardecem os direitos da criança, oferecendo segurança e uma educação de qualidade até a fase adulta. e visando o desenvolvimento integral, essa visão dá início ao processo de regulamentação desse trabalho no âmbito legislativo.

2.2 Educação Infantil e a Legislação Nacional

A Constituição Federativa do Brasil, de 1988, foi um marco legal no reconhecimento da criança como um sujeito de direito, a Educação Infantil passou a ser reconhecida formalmente na Constituição Federal, ao determinar em seu artigo 208, inciso IV que “o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de [...] atendimento em Creche e Pré-escola às crianças de 0 a 6 anos de idade” (Brasil, 2004, p.122). A partir daí, esses locais não mais serão aqueles em que os pais deixam seus filhos enquanto trabalham, e sim um lugar de cunho pedagógico onde essas crianças aprenderão a conviver em sociedade, com propostas de reconhecer nas crianças um sujeito histórico e social, capaz de produzir conhecimento diferente da visão que era tida sobre a mesma.

Na Constituição Federal também fica claro o cuidado que o Estado deve ter com as crianças e adolescentes e o dever da família com os seus filhos. Conforme preconizado no artigo 227,

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Nos anos seguintes houve a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), entre os anos de 1994 a 1996, publicado pelo Ministério da Educação com uma série de documentos intitulados de “Política Nacional de Educação Infantil”. A partir desses documentos foram estabelecidas as diretrizes pedagógicas e de recursos humanos, com o objetivo de expandir a oferta de vagas e promover a melhoria da qualidade de atendimento na Educação Infantil.

Foi com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) em 1996 que a Educação Infantil passou a ser colocada como primeira etapa da Educação Básica no Brasil. A finalidade principal da Lei é promover o desenvolvimento integral da criança até 6 (seis) anos de idade, complementando a ação da família e da comunidade (Brasil, 1996). Conforme descrito nos artigos 29 e 30 da LDB (9.394/96):

Art. 29º. A educação Infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até os cinco anos de idade, em seus aspectos físicos, psicológicos e sociais, complementando a ação da família e da comunidade.

Art. 30º. A educação infantil será oferecida em:

I- Creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade;

II- Pré-escolas para as crianças de quatro a seis anos de idade.

A partir daí, os municípios têm a responsabilidade e a obrigação de disponibilizar espaço e vagas para atender as crianças de sua localidade, independentemente de qualquer classe social.

Com o objetivo de oportunizar reflexões e discussões a partir de propostas construtivistas para embasar o processo de aprendizagem da Educação Infantil, a Lei 9.394/96 constrói um documento chamado Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil (RCNEI), que com metas claras busca esclarecer dúvidas dos profissionais da Educação Infantil.

De 1997 a 2000, com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), os Parâmetros Nacionais de Qualidade (PCNs) colocam em destaque aspectos fundamentais de cada disciplina para o Ensino Fundamental e Médio e em 2010 a 2012 as orientações passaram a valer também para a Educação Infantil. Até o ano de 2017 as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEI) eram utilizadas como referência para nortear o trabalho na Educação Infantil e a partir de 2018, a proposta da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) vem ao encontro ao “tentar” resolver as questões da qualidade e dos problemas educacionais, com o objetivo de oferecer subsídios para que todos recebam o ensino mínimo para o avanço do conhecimento.

A BNCC é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver, visando definir os conhecimentos que considera essenciais que os estudantes tenham acesso e se apropriem desde o ingresso na Educação Infantil até o final do Ensino Médio. A formulação e aprovação da BNCC geraram muitas discussões, debates e críticas. Há aprovações e desaprovações em relação à proposta da mesma, decorrente de um longo processo e do pré-lançamento de 3 versões, a BNCC foi aprovada e homologada em dezembro de 2017, sendo este o documento mais recente da política curricular.

Em consideração a todo processo histórico já pontuado, torna-se evidente um grande avanço no que diz se tratar de leis voltadas para a oferta da Educação Infantil de forma igualitária. A criança, finalmente passa a ser reconhecida como um sujeito ativo na sociedade e vista de maneira mais particular. Além disso, o Estado foi criando leis que assegurassem o direito das crianças à Educação Infantil, como no caso do Plano Nacional da Educação – PNE (2011 – 2020), que trata como prioridade a Educação Infantil e determina que a mesma seja um direito da criança de 0 (zero) a 5 (cinco) anos, e a partir dos 6 (seis) anos de idade seu ingresso é obrigatório no primeiro ano do ensino fundamental.

O Plano Nacional da Educação (PNE) deixa claro que a Educação Infantil se torna uma etapa fundamental para o desenvolvimento integral da criança e deve ser atendida juntamente com profissionais especializados capazes de fazer a mediação entre o que a criança já conhece e o que ela pode vir a conhecer.

É inegável os avanços empreendidos no âmbito da Educação Infantil a partir da LDB (1996), especialmente a ampliação do direito à educação a todas as crianças pequenas, desde seu nascimento. No entanto, para que esse direito se traduza realmente em melhores oportunidades educacionais para todos, em apoio significativo às famílias com crianças até seis anos de idade, é preciso que as creches e as pré-escolas, integrantes dos sistemas educacionais, garantam um atendimento de boa qualidade.

A Educação Infantil é uma modalidade de ensino que enfatiza, prioriza e preserva a infância, por isso que as leis abordam a educação infantil como prioridade na educação de um País. Dessa maneira, é dever de todos, não só da família ou da escola incluir essas crianças na Educação Básica, tendo em vista a sua importância para o desenvolvimento do indivíduo em todos os aspectos da sua vida, desde a convivência em sociedade até um adulto mais crítico para entender e conviver num mundo que está em constante mudança e modernização.

2.3 A Educação Infantil na Paraíba e em João Pessoa

O processo de constituição enquanto segmento educacional no que se refere à Educação Infantil no Estado da Paraíba “foi se dando ao longo da história, numa trajetória de lutas e conquistas coletivas, expressas em leis, normas, orientações e em práticas aglutinadoras de avanços e recuos” (Paraíba, 2015, p. 17).

Na década de 1990, as creches estavam sob responsabilidade da Secretaria de Ação Social, pautadas numa concepção de atendimento às crianças, destinado a guarda e cuidados, numa perspectiva assistencialista e as pré-escolas funcionavam nas instituições educativas estaduais e municipais sob a incumbência das Secretarias de Educação.

Após a LDB de 96, que determinava a transferência das creches para as Secretarias de Educação, na Paraíba, “a gestão administrativa das creches oscilou entre a tutela da Secretaria de Ação Social e da Secretaria de Educação e Cultura, como reflexo da ausência de definição de uma política valorativa e integrada para o desenvolvimento da criança” (Paraíba, 2015, p. 18). Foi a partir de 2012 que o processo de transferências das creches para os municípios foi ocorrendo gradativamente conforme determina a lei.

No que diz respeito à João Pessoa, capital do Estado da Paraíba, no âmbito da Educação Infantil a Secretaria de Educação e Cultura (SEDEC) começa a assumir em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Social a responsabilidade pelas Creches e Pré-escolas após a promulgação da Lei Municipal nº8.996 de 27 de Dezembro de 1999. Tal lei institui a responsabilidade do poder público municipal em criar e manter Unidades de Educação Infantil, com oferta de creche e pré-escola, para crianças de 0 (zero) a 6 (seis) anos de idade, completados até junho de cada ano, seguindo a legislação vigente e as diretrizes curriculares emanadas dos Conselhos de Educação (João Pessoa, 1999)

No contexto local, os CMEI's de João Pessoa estão organizados em agrupamentos que englobam o “Berçário (6 meses a 1 ano e 11 meses), Maternal (2 anos e 3 anos e 11 meses) e Pré-escola (4 anos e 5 anos e 11 meses).” (João Pessoa, 2023, p.10). Esses centros constituem a primeira etapa da Educação Básica, portanto, buscam assegurar uma educação pautada nos princípios do brincar, cuidar e educar, e que propicie um ambiente lúdico e rico de diferentes linguagens, na qual favoreça o desenvolvimento pleno das crianças.

O Plano Municipal de Educação (PME) é a base norteadora da prática escolar de João Pessoa – PB. Esse documento, aprovado em 2015, após dois anos de audiências públicas e conferências, constitui um conjunto de estratégias e metas, distribuídos para os diversos níveis e modalidades de ensino público e privado de João Pessoa. O PME estabelece que o trabalho pedagógico nos CMEI deve ser direcionado para a elaboração dos planos de trabalho, da proposta curricular,

acessibilidade, contratação e formação dos profissionais, participação da comunidade e fiscalização.

No que se refere ao trabalho pedagógico, existe uma rotina estabelecida pela Coordenação de Educação Infantil, com atividades destinadas aos cuidados e a educação da criança e que devem ser desenvolvidas pelos profissionais que trabalham na unidade. Como bem colocado no Plano de Ação da Coordenação de Educação Infantil, “o planejamento e a rotina devem estar sempre voltados às ações do cuidar e educar, proporcionando um ambiente lúdico e alfabetizador de desenvolvimento e sistematização do trabalho pedagógico.” (João Pessoa, 2017).

A seguir, apresentaremos de maneira mais detalhada o conceito de cuidar e educar, assim como a importância da indissociabilidade de ambos na rotina educacional dos CMEI's e no processo educativo.

2.4 O cuidar e educar na Educação Infantil

A Educação Infantil é a primeira etapa da educação básica em que a criança passa maior parte de seu tempo, respeitando e seguindo os direitos dessas crianças, precisando assim entender que existem atos fundamentais e indispensáveis na prática pedagógica, mas dentro dessa prática, qual a finalidade do cuidar e educar de forma indissociável?

Para se compreender esses dois termos – cuidar e educar -, precisamos retomar o pensamento à forma como as creches e pré-escolas surgiram e se consolidaram no Brasil, assim como a Constituição Federal de 1988 e a LDB de 1996, que reconheceu como direito da criança pequena o acesso à educação em creches e pré-escolas e colocou a Educação Infantil como primeira etapa da educação básica, constituindo-se então como um nível de ensino.

Como colocado no início do capítulo, durante as últimas décadas ficou claro as duas formas de trabalhos realizados em creches e pré-escolas, de um lado havia as instituições que realizavam o trabalho assistencialista (creches) e por outro, as que realizavam um trabalho denominado educativo (pré-escolas), essa falsa divisão se dava principalmente devido à classe social das crianças e famílias que eram assistidas. Sabe-se também, que essa forma de trabalho permanece presente em nossa sociedade de maneiras visíveis nas práticas desenvolvidas no cotidiano de instituições.

No entanto, essa dicotomia é falsa, pois todas as instituições tem um caráter educativo em suas práticas. O cuidar e educar consiste em compreender que o espaço e o tempo em que a criança vive exige seu esforço particular e a mediação dos adultos como forma de proporcionar ambientes que estimulem a curiosidade com consciência e responsabilidade.

Dessa forma, o professor deve estar em permanente estado de observação e cuidado para que não transforme as ações em rotinas mecanizadas, guiadas por regras. Como salienta as Diretrizes Curriculares para Educação Infantil (2009) ao afirmar que:

Educar cuidando inclui acolher, garantir a segurança, mas também alimentar a curiosidade, a ludicidade e a expressividade infantis. Educar de modo dissociado do cuidar é dar condições para as crianças explorarem o ambiente de diferentes maneiras (manipulando materiais da natureza ou objetos, observando, nomeando objetos, pessoas ou situações, fazendo perguntas etc.) e construírem sentidos pessoais e significados coletivos, à medida que vão se constituindo como sujeitos e se apropriando de um modo singular das formas culturais de agir, sentir e pensar. Isso requer do professor ter sensibilidade e delicadeza no trato de cada criança, e assegurar atenção especial conforme as necessidades que identifica nas crianças. (p. 10)

A instituição de Educação Infantil deve tornar acessível a todas as crianças que a frequentam, indiscriminadamente, cumprindo um papel socializador e propiciando o desenvolvimento da identidade das crianças, por meio de aprendizagens diversificadas, realizadas em situações de interação.

2.4.1 O cuidar

O cuidar na Educação Infantil está diretamente ligado à educação, no qual exige habilidades e conhecimentos da parte de quem cuida. De acordo com o RCNEI:

O cuidado precisa considerar, principalmente, as necessidades das crianças, que quando observadas, ouvidas e respeitadas, podem dar pistas importantes sobre a qualidade do que estão recebendo. Os procedimentos de cuidado também precisam seguir os princípios de promoção à saúde. Para se atingir os objetivos dos cuidados com a preservação da vida e com o desenvolvimento das capacidades humanas, é necessário que as atitudes e procedimentos estejam baseados em conhecimentos específicos sobre o desenvolvimento biológico, emocional e intelectual das crianças, levando em consideração as diferentes realidades socioculturais. (Brasil, 1998, p.25).

Para isso, é preciso está comprometido com o outro, tendo a sensibilidade de perceber suas necessidades, sendo esse o foco principal, de maneira que leve a promover o desenvolvimento de suas capacidades. Desse modo, pensar o cuidar apenas como forma de ‘garantir’ a sobrevivência do ser humano é desvalorizar a ação, o cuidar está diretamente ligado à educação, que exige habilidades e conhecimentos da parte de quem cuida.

Vale ressaltar que apesar das discussões no cenário educacional defenderem a relação entre o cuidar e o educar, ainda existem muitas controvérsias e resistências na prática. Tendo em vista que o discurso diverge da operacionalização e, muitas vezes, esses aspectos não são contemplados de maneira articulada no cotidiano escolar.

Desse modo, as instituições educativas destinadas à Educação Infantil devem buscar a indissociabilidade entre esses dois aspectos, pautando sua atuação no desenvolvimento integral da criança, respeitando-a como sujeito de direito, com suas especificidades. Para isso, as instituições precisam definir, em suas propostas pedagógicas, ações que possibilitem a integração entre os diversos aspectos físico, emocional, afetivo, cognitivo e social.

2.4.2 O educar

Quando nos referimos ao educar, destacamos como um conjunto de aprendizados que aparece de forma globalizada e que permite ao aluno desenvolver das mais diversas formas a partir das suas necessidades. A LDB aborda a educação com a finalidade de desenvolver o educando em sua formação pessoal e social, para o exercício da cidadania.

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil destaca educar como:

[...] propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança, e o acesso, pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural. (RCNEI, 1998, p. 23).

Evidentemente, educar é uma questão que deve ser encarada com muita seriedade pelos pais, professores e todas as pessoas envolvidas no desenvolvimento infantil, onde em muitas das vezes é visto como ensinar a ler, escrever, pintar e somar, mas não se trata unicamente disso, ou seja, na Educação Infantil, essa questão é muito mais ampla e merece um olhar e uma atenção muito especial para que não embarace as fases de desenvolvimento pelas quais a criança passa durante a sua infância. Assim, compreende-se que o educar tem um papel fundamental na Educação Infantil.

Neste sentido, o ato de educar não exclui a função de cuidado, pelo contrário. A articulação de ambas as práticas, estruturam o fazer pedagógico, contribuindo para a formação das crianças em seu processo de construção de conhecimento, levando sempre em consideração, o bem-estar desta no âmbito escolar.

Segundo Vigotski¹ (2000), o aprendizado das crianças começa muito antes de elas frequentarem a escola. Ele afirma que aprendizado e desenvolvimento estão inter-relacionados desde o primeiro dia de vida, e atribui uma grande importância ao papel da interação social, na qual as crianças são consideradas sujeitos ativos na construção do conhecimento. Além disso, o mesmo aponta que existem dois tipos de desenvolvimento: o desenvolvimento real (aquele entendido como as conquistas que já foram consolidadas nas crianças) e o desenvolvimento potencial (que se refere a tudo aquilo que a criança é capaz de fazer) só que mediante a ajuda de outra pessoa. Esse processo é considerado como a Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP).

Conforme apresentado no Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil educar significa:

[...] propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança, e o acesso, pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural. (RCNEI, 1998, p.23).

Sendo assim, o professor de educação infantil deve atuar sempre na zona de desenvolvimento do aluno colaborando com a ampliação de seus conhecimentos e

¹ Neste trabalho, adotaremos a tradução diretamente do russo para o espanhol e do espanhol para o português, em que a obra de Vigotski não é resumida e censurada conforme sinaliza Duarte. (2000).

avanços de seu desenvolvimento e com o olhar voltado para esses dois aspectos: cuidar e educar. Com base nesses fundamentos, podemos afirmar que cuidar e educar são aspectos a serem tratados de forma articulada quando se refere ao processo formal de educação das crianças.

Diante desses conceitos, observamos a importância do processo de cuidar e educar na fase da Educação Infantil, sendo um período propício para se possibilitar um desenvolvimento integral da criança, ou seja, aprendizagens que garantam às crianças se notarem como sujeitos capazes de realizar ações e que estas ações devem ser direcionadas principalmente ao seu crescimento. Atender necessidades básicas de sobrevivência, mas também estimular o desenvolvimento cognitivo com atividades intencionalmente planejadas para que as crianças avancem nos conceitos sobre o mundo e sua relação com ele.

3. Pedagogias Ativas: uma compreensão pós-moderna da Educação Infantil

A Pedagogia e a Psicologia foram duas ciências que se empenharam em suas pesquisas defenderem as crianças e à infância, considerando-a como fase de valor, reconhecendo-as como sujeitos com necessidades próprias. Partindo dessas ideias inovadoras, surgiu então o movimento da Escola Nova, em que havia uma predominância do posicionamento contrário às concepções que defendiam uma visão de aluno passivo.

No campo da história da educação, além da história das instituições educacionais, a história do discurso pedagógico, a partir do estudo de autores como Comenius, Rousseau, Pestalozzi, Froebel, entre outros, traz importante contribuição à história da infância.

Assim, neste capítulo analisamos alguns importantes pensadores e suas contribuições para o desenvolvimento da educação infantil a partir da evolução do conceito de infância e criança, dentre eles estão Froebel, Montessori, Pestalozzi, Piaget e Rosseau.

3.1 Aportes teóricos para a Pedagogia Ativa

Jean Jacques Rousseau, considerado o autor da racionalidade pedagógica moderna enfatiza que a infância é um momento em que se vê, se pensa e se sente o mundo de um modo próprio, afirmando que “a infância não era apenas uma via de acesso, para um período de preparação para a vida adulta, mas tinha valor em si mesma” (Oliveira, 2007 p. 65). Esse momento para ele, a ação do educador deveria ser uma ação natural que levasse em consideração a peculiaridade da infância, a ingenuidade, a inconsciência da criança. Seu pensamento político, baseado na ideia da bondade natural do homem, levou-o a criticar a desnaturalização, a injustiça e a opressão da sociedade, propondo “uma proposta educacional que combatia preconceitos, autoritarismos e todas as instituições sociais que violentassem a liberdade característica da natureza” (Oliveira, 2007, p. 64-65).

Defendia “uma educação não orientada pelos adultos, mas que fosse resultado do livre exercício das capacidades infantis e enfatizasse não o que as crianças têm permissão para saber, mas o que é capaz de saber” (Oliveira, 2007).

Johann Heinrich Pestalozzi, seguidor das ideias de Rousseau, do protestantismo e seguidor de Martinho Lutero, o pensamento de Pestalozzi tem como base a crença na manifestação da bondade do ser humano e na caridade praticada principalmente em favor dos pobres. Tornou-se adepto principalmente à educação pública e foi grande referência para criações de creches para filhos dos operários. Tais ideias impactaram positivamente na Europa e no Norte da América, abrindo caminhos para diversas iniciativas de integrar cuidado e educação da criança.

Pestalozzi antecipou as concepções da Escola Nova, pregou que a função principal do ensino é levar as crianças a desenvolverem habilidades naturais e inatas. Considerou que o ato de educar “deveria ocorrer em um ambiente o mais natural possível, num clima de disciplina estrita, mas amorosa, e pôr em ação o que a criança já possui dentro de si, contribuindo para o desenvolvimento do caráter infantil” (Oliveira, 2007 p. 66).

Friedrich Froebel foi um educador alemão sendo considerado o primeiro a dar ênfase ao brinquedo, atividade lúdica e o apreender do significado da família nas relações humanas. Sua teoria salientou a importância do desenho e das atividades que envolvessem movimentos e ritmos. O primeiro a desenvolver o lúdico com as crianças (Oliveira, 2007). Inspirado pelo amor as crianças e a natureza, sua ideia de atividade e liberdade reformularam a educação, embora seja conhecido apenas como fundador dos jardins de infância ou por sua metodologia de educação infantil, ele formalizou seus próprios princípios educacionais enfocando o período da infância, insistindo para que as necessidades infantis fossem plenamente desenvolvidas.

Para Froebel, o conhecimento se dá por meio do “manuseio de objetos e a participação em atividades diversas de livre expressão por meio da música” (Oliveira, 2007, p. 68). O que possibilitaria que o mundo interno da criança se exteriorizasse, a fim de que ela pudesse, então, ver-se objetivamente e modificar-se, observando, descobrindo e encontrando soluções.

Maria Montessori foi uma médica psiquiatra que iniciou seus estudos e trabalho com crianças com deficiência mental em uma clínica psiquiátrica de Roma. Contrapondo-se aos métodos tradicionais que não respeitavam as necessidades e processos evolutivos do desenvolvimento da criança, a pedagogia Montessoriana se insere no movimento Escola Nova, ocupando papel de destaque devido às técnicas aplicadas na educação infantil e primeiras séries do ensino formal.

Defendia que a função da educação seria de favorecer o progresso infantil de acordo com os aspectos biológicos de cada criança, além de propor que em uma sala de aula, a criança deve ser livre para agir sobre os objetos sujeito à sua ação, também desenvolveu jogos e outros materiais didáticos que passaram a ter um papel predominante no trabalho pedagógico, buscando estimular e desenvolver a criança numa busca detalhada do conteúdo a ser trabalhado, prevendo exercícios destinados à evolução das diversas funções psicológicas.

John Dewey foi considerado um dos maiores pedagogos do século XX por seu pensamento ter se difundido pelo mundo inteiro por tratar de questões políticas, sociais, científicas promovendo debates e experimentações, baseadas em experiências que retratavam o raciocínio com capacidade de comprovação pela enunciada. De acordo com Luckesi (2011), Dewey contribuía para o desenvolvimento das tendências pedagógicas liberais renovadas, progressivistas, ao valorizar as tentativas experimentais, a pesquisa, a descoberta, o estudo do meio natural e social, partindo de atividades adequadas à natureza do aluno e às etapas do desenvolvimento.

Nesse sentido, a educação progressiva defendida por Dewey é voltada para atender aos interesses e necessidades da criança, partindo do pressuposto que considerar a realidade cotidiana, à qual corresponde ao presente, útil, é o meio mais eficaz para favorecer a aprendizagem dos indivíduos.

A esse respeito o filósofo esclarece que, “quando a educação se funda na experiência e a experiência educativa é concebida como um processo social, a situação muda radicalmente. O professor perde a posição de chefe ou ditador, acima e fora do grupo, para se fazer o líder das atividades do grupo” (Dewey, 1976, p. 55).

Jean Piaget, biólogo e epistemólogo, foi o formulador da teoria do desenvolvimento da inteligência humana e é hoje considerado como um dos mais importantes teóricos da área cognitiva. Elaborou uma teoria do conhecimento e desenvolveu investigações cujos resultados são utilizados por psicólogos e pedagogos. Em suas pesquisas, Piaget concebeu a criança como ser dinâmico, que a todo o momento interage com a realidade, por meio da utilização de pessoas e objetos.

Criador da “epistemologia genética”, Piaget mostra que todas as crianças passam por estágios estáveis da estruturação do pensamento, procurou investigar como se dava a construção do conhecimento no campo social, afetivo, fisiológico e cognitivo, desenvolvendo longos estudos e pesquisas nos mais diversos campos do

saber, contribuiu com um valioso legado de informações e conhecimentos a respeito da gênese e desenvolvimento e aprendizagem infantil.

3.2 A relação professor - aluno

De acordo com Duarte (2011), as concepções pós-modernas, o construtivismo e a pedagogia do aprender a aprender estão vinculados ao mesmo universo ideológico, e suas concepções se fazem presente na constituição do ideário pedagógico contemporâneo da Pedagogia da Infância.

A Pedagogia da Infância tem defendido um caráter não escolar na Educação Infantil, essa concepção é justificada a partir do fundamento que as instituições infantis atendem a um público com peculiaridades que o distinguem dos sujeitos das demais etapas de ensino. Nesse sentido, defendem que o modelo escolar em si é prejudicial ao desenvolvimento infantil, pois está associado ao tradicionalismo, a disciplinarização, a negação da liberdade, da espontaneidade e não atendem as necessidades desse seguimento.

A Pedagogia da Infância tem se consolidado no Brasil como uma das principais correntes direcionadas à primeira infância, se estabelecendo como um campo de pesquisa que busca compreender a infância de modo mais amplo, sem a redução a uma categorial universal, que padroniza os comportamentos e as culturas infantis. Está pautada nos princípios teóricos e pedagógicos da escola ativa, em Dewey e Piaget, pilares da Escola Nova.

O intuito desse campo está focalizado na criança pequena e na defesa do seu protagonismo, na compreensão da criança como produtora de cultura, que deve ser respeitada em toda sua dimensão humana. O objetivo desse campo de estudos visa estabelecer uma pedagogia que tome a infância como pressuposto e,

[...] que reconheça as crianças como seres humanos concretos e reais, pertencentes a contextos sociais e culturais que as constituem. Como construção social, a infância deve ser reconhecida em sua heterogeneidade, considerando que classe social, etnia, gênero e religião são fatores determinantes da constituição das diferentes infâncias e de suas culturas. (Buss-Simão; Rocha, 2017, p. 91).

Desse modo, “no horizonte teórico desta abordagem encontram-se elementos da ‘agenda pós-moderna’, dentre os quais destacamos: uma concepção negativa do

ato de ensinar, a descaracterização do papel do professor, a desintelectualização docente, a fetichização e naturalização da infância” (Stemmer, 2006, p.7). Nos atentando especificamente a descaracterização do papel do professor.

Essa descaracterização do papel do professor que ocorre quando se retira dele a responsabilidade pelo processo educativo, torna-o uma figura secundária no processo de ensino-aprendizagem, além de estar fortalecendo ainda mais a precarização do trabalho educativo na Educação Infantil. Saviani (1991b, p.21) define o trabalho educativo como “o ato de produzir, direta e intencionalmente em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto de homens.” Ou seja, ao mesmo que o professor produz esse trabalho, ele também é consumidor do mesmo.

Na visão dos estudiosos que defendem essa perspectiva para a Educação Infantil, a escola tem como sujeitos crianças e não alunos e como objeto as relações educativas que se processam num espaço de convívio coletivo. No entanto, na opinião de Arce (2012), o que aparenta ser valorização da criança e da sua infância pode vir a ser um instrumento ideológico de desvalorização, da educação escolar e de alienação do indivíduo desde a mais tenra idade.

Essa “desvalorização” e dicotomização entre o cuidar e educar e o ensinar, começa e termina restrita a uma determinada classe, oriunda da camada popular, visto que, na camada mais abastada financeiramente, a excelência de educação de uma dada instituição tem, cada vez mais, se pautado no volume de atividades impostas à criança, considerando os gastos familiares com a educação das crianças.

Na perspectiva da Pedagogia da Infância, a aprendizagem é o processo fundamental e o ensino vem em segundo plano, tendo em vista que a criança aprende não sendo ensinada, mas interagindo com o ambiente, com outras crianças e com os adultos, procurando resolver as situações problemas que lhe são apresentadas e que ela se depara, construindo de forma autônoma e gradativa seus próprios conhecimentos a respeito do mundo que a cerca, o que a levaria a adquirir a capacidade de aprender a aprender. (Edwards, 2016).

Entretanto, nessa perspectiva considerada hegemônica, no campo teórico defende a Creche como espaço educativo, porém, não escolar. Acredita que a escola traz prejuízo a criança, visto que “rouba” sua infância e a impede de

desenvolver-se plenamente.

Os teóricos baseiam-se no argumento político e teórico de que as práticas pedagógicas para crianças pequenas não podem ser as que prevalecem no ensino fundamental, tendo em vista que o objetivo precípua da Educação Infantil é o cuidado e a educação, mas não o ensino. Além do mais, as transformações que ocorreram nos conceitos de infância e criança, “culminaram na reformulação das políticas públicas destinadas a esse nível de educação, bem como na visão da criança como sujeito integral” (Gonçalves, 2015, p.45).

Assim, o adulto é considerado como um mediador que facilita as relações entre as crianças e o mundo externo, ou seja, a sua socialização. Nessa direção, a atividade educacional deve estar centrada no educando, não restringindo a ação educativa à mera aquisição intelectual de conhecimentos, a atividade docente abrange a responsabilidade pela humanização do educando e as ações na dimensão afetiva.

Para potencializar a discussão acerca do papel do professor nessa perspectiva, convém mencionar os ideais de Moran (2015), segundo o qual o professor que utiliza o método ativo tem o papel de curador e de orientador:

Curador, que escolhe o que é relevante entre tanta informação disponível e ajuda a que os alunos encontrem sentido no mosaico de materiais e atividades disponíveis. Curador, no sentido também de cuidador: ele cuida de cada um, dá apoio, acolhe, estimula, valoriza, orienta e inspira. Orienta a classe, os grupos e a cada aluno. Ele tem que ser competente intelectualmente, afetivamente e gerencialmente (gestor de aprendizagens múltiplas e complexas). Isso exige profissionais melhor preparados, remunerados, valorizados. Infelizmente não é o que acontece na maioria das instituições educacionais (Moran, 2015, p. 24).

A prática educativa possui papel fundamental na formação humana, posto que sua essência é formadora, e como tal, de natureza ética, por ser uma prática especificamente humana (Freire, 2015). Nesse sentido, o saber docente, de natureza eminentemente ética, constitui-se numa prática cujo eixo constitutivo é a humanidade dos atores num dinâmico e complexo processo de interação.

Kramer (2006, p. 22) destaca que a infância no pensamento pedagógico tanto da Pedagogia Tradicional quanto da Pedagogia Nova, baseia-se na naturalização, e não na análise da condição infantil. A Pedagogia Tradicional deturpa “a natureza da criança, originalmente corrompida; a tarefa da educação é discipliná-la e inculcar-

lhe regras, através da intervenção direta do adulto e da constante transmissão de modelos". Por sua vez, a Pedagogia Nova, ao contrário, concebe a natureza da criança como inocência original; a educação deve proteger o natural infantil, preservando a criança da corrupção da sociedade e salvaguardando sua pureza. A educação não se baseia na autoridade do adulto, mas na liberdade da criança e na expressão de sua espontaneidade. Estas duas abordagens concebem a criança como um "ser abstrato".

O direito à infância, ou seja, o direito de a criança viver sua infância plenamente é princípio fundante da Pedagogia da Infância, tendo em vista que nessa perspectiva defende-se que as relações educativas estejam fundamentadas numa concepção de infância enquanto sujeito social, na qual seus direitos sejam garantidos através de uma educação emancipadora.

Dessa forma, a Pedagogia da Infância tem contribuído com um novo olhar acerca da infância, numa perspectiva que intercruza várias ciências sociais que tenha a criança como objeto de estudo com a finalidade de compreender seu lugar social e enunciar uma orientação epistemológica distinta.

4. Pedagogia Histórico-Crítica: a Educação Infantil como formação humana

O ideário da Pedagogia Histórico-Crítica (PHC) vem se consolidando no Brasil há algumas décadas, enquanto teoria pedagógica contra hegemônica, na qual busca a socialização e apropriação do saber elaborado pela classe trabalhadora, de forma a promover sua emancipação, bem como a transformação da sociedade. Seus pressupostos epistemológicos estão alicerçados no Materialismo Histórico-Dialético, sendo construída coletivamente por um grupo de estudiosos colaboradores, que tem como precursor o professor Demerval Saviani.

A PHC está fundamentada nos aspectos históricos, filosóficos, políticos, sociais e econômicos, e nas possibilidades “[...] abertas pelas agudas investigações desenvolvidas por Marx sobre as condições históricas de produção da existência humana que resultaram na forma da sociedade atual dominada pelo capital” (Saviani, 2019, p. 29). Inspira-se, portanto, para formular suas concepções de mundo, de ser humano e pedagógicas no materialismo histórico e possui seu encaminhamento metodológico na lógica dialética.

4.1 Contextualizando a Pedagogia Histórico Crítica

A Pedagogia Histórico-Crítica (PHC), foi elaborada por Saviani no início da década de 1980, com o propósito de superar as Pedagogias Tradicional, Nova e Tecnicista, e se afastar das teorias Críticos-Reprodutivistas, pelo caráter acrítico da história da educação. Para esse autor, os críticos reprodutivistas tiveram importância relevante para a educação brasileira, ao definirem que a escola é determinada socialmente, fundada no modo de produção capitalista em que, as classes possuem interesses antagônicos, no entanto, essa teoria se limitou a “teorizar sobre a educação, [] fato que desconsiderou as contradições internas do processo educacional” (Saviani, 2008, p. 25)

Entretanto, para que possamos entender a origem da Pedagogia Histórico-Crítica faz-se necessário compreendermos as teorias da educação em que Saviani classificam-nas como teorias não críticas e críticas. As teorias não críticas concebem

a educação como instrumento de equalização social, na qual possibilitará a superação da marginalidade, enquanto as teorias críticas compreendem a educação como um instrumento de discriminação social, na qual potencializará a marginalização.

As teorias não críticas compreendem a sociedade como harmoniosa e a marginalidade é um fenômeno acidental, portanto, o papel da educação é apenas corrigir essa distorção, ou seja, a educação “será um instrumento de correção da marginalidade na medida em que cumprir a função de ajustar, de adaptar os indivíduos à sociedade” (Saviani, 2012a, p. 8).

No entanto, essas teorias não conseguem dimensionar que “[...] a escola é determinada socialmente, a sociedade em que vivemos, fundada no modo de produção capitalista, é dividida em classes com interesses opostos; portanto, a escola sofre a determinação do conflito de interesses que caracteriza a sociedade” (Saviani, 2012a, p. 30).

As teorias críticas, especificamente a crítico-reprodutivista compreende a educação sob uma ótica bem diferenciada, na visão deles a educação é um instrumento de discriminação social, logo, um fator de marginalização, por consequência de uma sociedade marcada pela divisão de classe antagônicas, na qual a educação cabe reforçar a dominação e a legitimação da marginalização, reproduzindo social e culturalmente (Saviani, 2013b).

A fim de superar essas duas abordagens que compõem o pensamento educacional do sistema de ensino brasileiro, especialmente, as pedagogias não-críticas que suprimiram a história e a luta da educação, Saviani propõe a teoria crítica da educação emancipatória, ou melhor, a Pedagogia Histórico-Crítica, como uma concepção filosófica que busca responder aos interesses dos trabalhadores e acentua a escola como um espaço de luta hegemônica que tem como objetivo a democratização do ensino e a socialização do conhecimento construído historicamente.

4.2 A Pedagogia Histórico Crítica e a Formação Humana

Em termos didáticos e metodológicos, a PHC está fundamentada nos pressupostos da Psicologia Histórico-Cultural, especialmente, a interpretação de

Vigotski. Nesta abordagem psicológica, o homem (homens e mulheres em relação social) é compreendido através do processo histórico e de suas relações com a prática social. O conhecimento é construído a partir de ações socialmente mediadas, e a escola, é concebida como uma instituição socializadora dos conceitos científicos.

Para a PHC, a caracterização da infância diverge das concepções naturalizantes, idealistas, inatistas ou românticas do que é a criança, e passa a compreender a criança como sujeito situado num contexto histórico, social, cultural e determinado por ele, sendo assim uma síntese dialética, ou seja, um “sujeito concreto”, que “por sua vez, implica analisá-lo como síntese de múltiplas determinações, isto é, como síntese (singular) das relações sociais próprias da sociedade em que vive, indo além, assim, pela via da análise científica, da forma aparente do fenômeno” (Pasqualini, 2010, p. 104).

Para se compreender a criança enquanto sujeito concreto da nossa sociedade, faz-se necessário analisá-la para além das aparências imediatas da circunstância infantil, e assim apreender a partir de sua classe social de origem, depreendendo dessa conjuntura seus reais interesses e necessidades, conhecendo-a em profundidade e as relações sociais estabelecidas por ela.

Diretamente ligado à isso, a educação desempenha papel central a partir de um trabalho educativo desenvolvido desde a mais tenra idade, para que a criança possa se apropriar das “objetivações humanas nas suas formas mais desenvolvidas representadas pelos conceitos científicos respaldados nas elaborações do pensamento filosófico e na expressão estética das grandes obras de arte” (Saviani, 2013c, p. 274). No entanto, isso implica em compreender a criança pequena em sua historicidade e em sua condição de classe social, para assim educá-la para viver e transformar a sociedade.

Na perspectiva da Pedagogia da Infância, a Educação Infantil possui suas especificidades, portanto, deve haver um olhar diferenciado para essas crianças, uma ação educativa que não esteja simplesmente baseada numa visão unilateral e reducionista, pelo contrário, deve-se buscar promover uma educação que conceba a criança e suas infâncias, como sujeito de direito, ator social, partícipe e produtor de cultura.

Alicerçada em pressupostos teórico-prático que busca o diálogo e a interlocução com as ciências sociais, em especial a sociologia da infância, e outras correntes pedagógicas, que ao longo da história procuraram modos alternativos de se fazer pedagogia, desconstruindo o modelo tradicional de ensino, estes teóricos “propuseram alternativas significativas para uma pedagogia em que a criança ativa e competente é respeitada nos seus direitos de participação” (Oliveira-Formosinho, 2007, p. 15).

Entretanto, no que tange a Pedagogia Histórico Crítica, a mesma compreende o conhecimento sob uma ótica diferente, pois encontra-se baseada em princípios filosóficos e epistemológicos de natureza dialética. Assim, o conhecimento é construído a partir da base material, tendo sua origem na prática social do ser humano resultado de uma relação dialética que modifica ambos nesse processo, assim sendo a existência humana produz conhecimento, resultado do trabalho no processo histórico de transformação do meio. (Gasparin, 2012). A prática social é o ponto de partida para a aquisição de conhecimentos, ou seja, uma prática social global, na qual os sujeitos fazem parte, até porque o conhecimento está presente na realidade, é parte constitutiva dela.

A educação escolar na Pedagogia Histórico-Crítica é valorizada de forma que possibilite ao educando compreender e participar da sociedade de forma crítica, superando a visão de senso comum (Marsiglia, 2012). Sendo assim, a apropriação do conhecimento sistematizado pelo aluno é um ato intencional, uma vez que concebem a educação como um processo de formação humana, na qual o ato educativo promove a emancipação do sujeito.

Para tanto, a escola é um espaço privilegiado de acesso ao conhecimento acumulado historicamente pela humanidade e o professor é o sujeito responsável pela organização do trabalho educativo em sala de aula e que refletirá acerca do sequenciamento e graduação dos conhecimentos, bem como da escolha de formas adequadas para garantir a apropriação do saber escolar, ou seja, das mediações necessárias a uma aprendizagem significativa dentro da sala de aula.

4.3 A escola e o ensino na Pedagogia Histórico Crítica

A PHC defende a extensão do ensino público formal, a valorização dos conteúdos de ensino e o papel do professor, em uma nova relação com os alunos, tendo como ponto de partida a prática social. Em termos histórico e filosóficos, a base da PHC, é o materialismo dialético de Marx e Engels, cujos fundamentos apontam para a compreensão da história, a partir do desenvolvimento material, da determinação das condições materiais e da existência humana.

No entendimento de Saviani (2013b, p. 56), a escola é uma instituição, cuja função social consiste na “socialização do saber sistematizado”. E essa função precisa articular tanto os interesses da camada popular, tendo em vista que, historicamente as pedagogias não críticas atomizaram a relação entre a sociedade e a escola, como também, os métodos que estimulem a atividade e as iniciativas dos alunos e dos professores, o diálogo entre ambos e com a cultura acumulada historicamente.

O caráter não escolar da Educação Infantil é defendido pela corrente educacional denominada Pedagogia da Infância e justificado a partir do fundamento de que as instituições infantis atendem a um público com peculiaridades, que o diferenciam dos sujeitos das demais etapas do ensino.

Esse ideário concebe a instituição de Educação Infantil como espaço de convívio coletivo, no qual os conhecimentos estarão vinculados aos processos gerais de constituição das crianças, tendo como objeto as relações educativas e como sujeito a criança pequena. Sobretudo, porque a Educação Infantil possui uma identidade distinta das demais etapas, cujo objetivo principal é o binômio cuidar e educar.

Nessa perspectiva da Pedagogia da Infância, acredita-se que o modelo escolar em si é prejudicial ao desenvolvimento infantil, pois está associado ao tradicionalismo, a disciplinarização, à negação da liberdade, da espontaneidade e não atende as necessidades educativas desse segmento. Logo, é preciso distanciar a criança pequena desses fazeres pedagógicos mecânicos e disciplinadores e consequentemente, da escolarização. Desse modo, “a educação é que deveria acompanhar o desenvolvimento e a atividade espontânea das crianças, interferindo

o mínimo possível, pois a criança é vista como possuindo todas as virtudes, devendo o adulto humanizar-se no e pelo contato com a criança” (Arce, 2012, p. 143).

Em contrapartida à essa perspectiva, a PHC e a psicologia histórico-cultural evidenciam o aspecto afirmativo do ato de ensinar, considerando-o parte integrante do trabalho educativo.

O trabalho pedagógico, segundo Arce (2013, p. 31), é sempre “um ato intencional, que envolve a transmissão de conhecimentos. A criança, dessa forma, é compreendida como um ser em construção, em processo de humanização”, uma vez que, “a natureza humana é fruto de nossa história social e não de processos psicogenéticos, não sendo dada no ato do nascimento biológico.” Portanto, “Apropriar-se da cultura acumulada pela humanidade é um passo fundamental para a criança tornar-se humana, para o seu nascimento como ser social, como ser humano.”

A transmissão de conhecimentos sistematizados tem garantido o desenvolvimento da sociedade ao longo dos anos, nessa direção a PHC acredita na apropriação do saber como um instrumento de luta da classe trabalhadora no processo de consciência crítica historicizadora dos condicionantes histórico-sociais da educação.

Vale ressaltar que a PHC não deve ser limitada a um método de ensino, ou então considerada como em muitos casos “conteudista”, porque enfatiza a importância da apropriação do saber sistematizado, o ensino desses conteúdos deve estar orientado para a transformação da concepção de mundo do sujeito, num trabalho contextualizado, tendo em vista que “os conteúdos reúnem dimensões conceituais, científicas, históricas, econômicas, ideológicas, políticas, culturais, educacionais que devem ser explicitadas e apreendidas no processo ensino-aprendizagem” (Gasparin, 2012, p. 2).

No próximo capítulo apresentamos as análises das concepções das professoras da Educação Infantil em João Pessoa acerca desse ensino presente no binômio do cuidar e educar, assim como informações sobre os CMEI's e a forma como é organizada a rotina dessas instituições.

5. O cuidar, o educar e o ensinar na Educação Infantil em João Pessoa: um estudo das concepções de professoras

Neste capítulo, nos deteremos as análises das concepções das professoras acerca do seu trabalho em CMEIS (Centro Municipal de Educação Infantil) no que se refere a relação que vem sendo estabelecida entre o cuidar e educar e o ensinar com crianças de 04 à 05 anos, ou seja da fase da pré-escola.

De acordo com Baptista (2012, p. 155), analisar a concepção docente a partir do viés materialista histórico e dialético passa necessariamente pela “apreensão subjetiva da realidade objetiva, buscando a gênese, seu desenvolvimento e sua transformação, ou seja, o seu movimento, suas contradições e suas possibilidades”. Nesse sentido, essas concepções podem ser compreendidas como construção social, visto que se inserem num contexto histórico de uma determinada realidade e são atravessadas por contradições.

A seguir, apresentamos informações acerca dos CMEI's, sua caracterização e organização de tarefas, assim como enfatizadas as concepções das professoras, a partir das entrevistas realizadas, por meio de reflexões.

5.1 Os Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI)

De acordo com o Manual de Orientações Pedagógicas (MOP), os Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI), são “espaços s institucionais públicos que cuidam e educam crianças de 6 meses a 5 anos de idade em jornada integral” (João Pessoa, 2018, p. 07). Tais centros constituem a primeira etapa da educação básica e tem como objetivo principal assegurar uma educação pautada nos princípios do brincar, cuidar e educar, que proporcione um ambiente lúdico e rico de diferentes linguagens, favorecendo o desenvolvimento pleno das crianças pequenas.

Em relação às unidades de ensino, destacamos que todas funcionam em regime de tempo integral, das 07h00 as 17h00, e atendem à faixa etária de Maternal à Pré-escola, ou seja, crianças de 02 anos a 5 anos e 11 meses de idade.

Em João Pessoa, o Plano Municipal de Educação (PME), aprovado em 2015 e tem vigência até 2025, constitui um conjunto de estratégias e metas, distribuídos

para os diversos níveis e modalidades de ensino público e privado de João Pessoa e estabelece que o trabalho pedagógico nos CMEI's deve ser direcionado para a elaboração dos planos de trabalho, da proposta curricular, acessibilidade, contratação e formação dos profissionais, participação da comunidade e fiscalização.

Há também, por outro lado, o Plano de Ação da Prefeitura Municipal de Educação, baseado nas orientações do PME, elaborado e coordenado pela gestão em Educação Infantil, o qual dispõe sobre a sistematização da prática, o planejamento da rotina, a dinamização das atividades, dos recursos pedagógicos, do currículo e da avaliação da aprendizagem nos CMEI's.

Quanto à rotina, as diretrizes pedagógicas de Educação Infantil de João Pessoa destacam que “cada unidade deve construir a sua rotina, com base nos tempos e espaços de cada instituição e de cada grupo de criança.” (João Pessoa, 2023, p.25), destacando a importância de nessa rotina ter como princípio o cuidar e educar.

5.2 O cuidar

O educador infantil na sua formação deve discernir as funções de cuidar e educar como elementos constituintes, ou seja, de forma complementar, onde o cuidar complementa o educar e vice-versa. Nesse sentido, o Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil (RCNEI) de 1988 destaca que sobre o cuidar e a criança é preciso “interessar-se sobre o que a criança sente, pensa, o que ela sabe sobre si e sobre o mundo, visando à ampliação deste conhecimento e de suas habilidades, que aos poucos a tornarão mais independente e mais autônoma.” (Brasil, 1988, p. 25)

No entanto, para as entrevistadas a relação do cuidar com a criança na Educação Infantil diz respeito principalmente aos cuidados físicos e de higiene, como afirma P2

“Assim, o cuidar é tanto a higiene pessoal como também o cuidado né, de acidentes, de ter cuidado com eles, porquê como eles passam o dia aqui, aí a gente acaba tendo que observar também essas coisas, sabe? No parque na sala quando eles tão brincando, tem que ter o cuidado.” (P2)

As entrevistadas P3 e P4 também afirmam que esse cuidado está voltado para a questão da integridade física e higiene da criança, entretanto, ambas colocam em suas falas os desafios que são para articular esse cuidar com a rotina pedagógica das crianças.

“Aqui em creche tem a rotina né, então é assim, a gente cuida e ensina também, é bem diferente do que só ensinar... Por conta da rotina fica meio complicado entendeu? Por exemplo, eu ‘tô’ ensinando só que aí eu tenho que parar, aí a criança vai lanche, aí volto a ensinar, aí para pra tomar banho então assim complica e tem muitas quebras na rotina. Esse cuidar é integral, higiene, cuidado pra elas ‘não se machucar’ né, em alguns momentos a gente acaba que até educa os valores, respeito, coisa que deveria ser em casa.” (P3)

“Assim, a parte do cuidar queira ou não atrapalha um pouco, o cuidar que eu digo é o banho, porque acaba limitando um tempo da parte pedagógica, então a gente tem que fazer tudo cronometrado, tantos minutos pra parte pedagógica, as vivências né que a gente fala, por exemplo, ‘não pode passar de tal hora porque aí atrapalha o banho, a escovação’, essas coisas... Como aqui são 5 turmas, então se eu sair da rotina acabo atrapalhando as demais colegas, então acaba interferindo um pouquinho assim na minha parte pedagógica na sala” (P4)

A partir dessas falas, podemos observar que reverberam a dicotomia entre a assistência e a educação, prevalecendo ora cuidados básicos como a alimentação, a higiene, a proteção da criança, entre outros cuidados específicos da faixa etária, ora as “atividades pedagógicas”.

5.3 O educar

O RCNEI aponta que a relação de cuidar e educar devem ser indissociáveis na prática da Educação Infantil. Educar, significa, portanto, propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser, e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito, confiança, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural.

O papel do professor de educação infantil é bastante significativo para o desenvolvimento da criança, pois ele é um observador ativo e, assim, também pode

favorecer as interações que a criança estabelece em seu meio e a sua construção de conhecimento. Ao acompanhar e estimular a criança a construir noções iniciais de objeto permanente, espaço, tempo e causalidade, fundamentais para o seu desenvolvimento e a formação de novas estruturas cognitivas.

O educar tem um papel fundamental na Educação Infantil, que na maioria das vezes, as crianças são vistas como seres indefesos e inocentes, menos incapazes, isso são formas errôneas de vê-las.

Nas falas de P1 e P2 podemos observar que elas destacam o educar como um processo desconectado da sua prática pedagógica, estando mais relacionado a momentos espontaneístas, deixando as crianças brincarem livremente, do que propriamente com finalidade pedagógica que deveria existir.

“Meu educar é no sentido dessa independência da criança, sabe? Muitas vezes eles não precisam que eu os ajude, eles já conseguem se ajudar só, e pra mim a educação é isso, é o maior dos desenvolvimentos, quando eu vejo eles agindo independente, pra mim já eduquei como deveria ser.” (P1)

Essa mesma professora também relata que o educar era visto de maneira diferente quando sua exercia a sua prática com as turmas de maternal, onde prevalecia, segundo ela, a parte do cuidado à criança. Isso fica evidente quando a mesma cita que:

“Com os de 2 anos isso era um pouco diferente, porque como eles ainda tão chegando né nessa faixa etária, tão aprendendo então a gente acaba cuidando mais, dando aquela atenção, mas tem uns que são bem desenvolvidos também, então assim, com os de 5 anos como os que eu ‘tô’ agora, o que eu vejo em educar é assim, um ajudando o outro e eu ali observando esse crescimento deles né?” (P1)

Nesse mesmo caminho, a fala de P2 reforça esse educar de maneira espontânea e desconectada sua prática pedagógica.

“Educar é repassar os conhecimentos né ‘pra’ eles, na forma lúdica, brincando, levando pra sala de aula música, brincadeiras, essas coisas da ludicidade pra chamar atenção deles. Assim, no 1ª bimestre a gente trabalha um tema, agora tá sendo história e memórias né, então a gente pensa assim pra eles se conhecerem um ao outro, essas coisas assim, aí nisso a gente vai vendo na sala todo dia nas vivências lá com as brincadeiras.” (P2)

A escolha por atividades lúdicas a serem utilizadas no aprendizado das crianças deve partir de um plano de ensino com fundamentação teórica, definidas com base nos objetivos claros pré-estabelecidos que se queira alcançar, visando atender as necessidades socioafetivas e psíquicas da criança, não sendo apenas o “brincar por brincar.”

As entrevistadas P3 e P4 reforçam em suas falas compreenderem o educar no sentido de boas maneiras, de ensinar a criança a como conviver com o outro, respeitando, por meio das interações.

Dentre as sujeiras, apenas a P3 destaca que o ensino acontece nesse educar, porém, de maneira superficial, ela vem reforçar esse pensamento no tópico seguinte quando iremos debater sobre o ensino presente no cuidar e educar.

“Eu acho que aqui em creche principalmente esse educar ele é aquilo de educação mesmo né, boas maneiras e também do ensino, como a criança fica o dia todo com a gente aqui acaba fazendo essa relação. Eu acho que o educar ele tem essa... essa importância assim na parte do cuidar né, de educar do certo e errado e o ensino também, eu me esforço o máximo pra que aconteça tudo isso.” (P3)

“É como eu falei, você educando de maneira que você consiga trazer a criança pra si então fica bem mais fácil, eles se reconhecendo, respeitando, seguindo os valores né, então assim, o educar é a segunda parte, porque tem o cuidar que é o da família e o educar da escola né, então assim, se você anda com esses dois acaba sendo mais fácil, porque eles têm que andar na mesma linha.” (P4)

No próximo tópico iremos analisar a concepção dessas profissionais a respeito de como o ensinar acontece com as crianças de 04 a 05 anos e como é feita essa relação entre o binômio cuidar e educar e o ensinar presente na prática pedagógica de cada uma.

5.4 O Ensinar

Segundo Arce (2004, p. 160), “[...] o professor sofre um violento processo de descaracterização, deixando de ensinar e reduzindo sua interferência na sala de aula a uma mera participação. [...] Em lugar do professor ensinando são colocadas [...]

relações de escuta e reciprocidade, pois o professor não mais dirige, ele segue: segue a criança, seus desejos, interesses e necessidades.

Desta maneira, o ensino quando presente na Educação Infantil vai além de um atendimento assistencialista, tão pouco preparatório para o Ensino Fundamental ou marcado pelas proposições construtivistas ou Pós-modernas, mas, deve ter por base, um caráter científico, intencional e consciente por parte do educador nesse processo de ensino-aprendizagem.

Fica evidente na fala das entrevistadas que quando questionadas como veem o ensino presente no cuidar e educar, algumas associam esse ensino à brincadeira como uma atividade prazerosa, isso é comum no relato das docentes P1 e P2. Percebe-se que as professoras têm como base a Pedagogia da Infância, ainda que disso não tenham consciência, vale ressaltar que essa mesma orientação de aprender por meio das brincadeiras é apresentada nos documentos nacionais para a Educação Infantil, como o RCNEI, as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil, a BNCC e os documentos locais que são orientados pelos documentos nacionais, o que sinaliza a influência dessa tendência pedagógica nos documentos oficiais.

“No momento agora pra eles a gente faz esse ensino sempre nas vivências do brincar, então a gente brinca, a gente compartilha junto com eles, tem experiências né pra que eles peguem, sintam as coisas e assim aprendam, é isso que a gente quer deles, é esse tipo de ensino que tem que ter na Educação Infantil.” (P1)

“Óh, assim... Quando eu era do berçário a gente ensinava mais assim com o lúdico né, a música, sentada no chão com eles, já nos maiores essa forma de ensinar muda, já tem os conteúdos que é trabalhado, as noções, os conceitos né, de grande e pequeno, o nome da criança, essas coisas, aos poucos eles vão aprendendo mais coisas quando vão crescendo.” (P2)

Pode-se observar que as docentes dizem trabalhar com o lúdico, entretanto, fica evidenciado que esse “lúdico” está desconectado da sua prática pedagógica, estando mais relacionado a momentos espontaneístas, deixando as crianças brincarem livremente, do que propriamente com finalidade pedagógica.

Podemos identificar que as premissas que orientam as concepções das professoras P1 e P2 estão articuladas com o discurso anti-escolar da Pedagogia da Infância. Entende-se, nessa perspectiva, que a especificidade da educação da criança

pequena implica a negação e o rompimento dos laços com o modelo escolar de atendimento educacional. Logo, o ensino não deve fazer parte do atendimento prestado às crianças pequenas, sendo elemento fundamental apenas nas escolas.

Analisando os papéis atribuídos à escola e à creche, Rocha (1999, p.70) aponta que “a escola tem como sujeito o aluno, e como o objeto fundamental o ensino nas diferentes áreas, através da aula”, enquanto, “a creche e a pré-escola têm como objeto as relações educativas travadas num espaço de convívio coletivo que tem como sujeito a criança de 0 a 6 anos de idade”.

É importante frisar que o entendimento do senso comum sobre o lúdico, esvazia não somente o ensino, mas também a aprendizagem. Nesse entendimento, Kishimoto (2007, p. 95) afirma que essa compreensão “empobrece o processo educativo porque a educação, por um ato com finalidade, não pode carregar o atributo da incerteza. É preciso distinguir o lúdico do não lúdico e encontrar tempo e espaço para ambos”.

Desse modo, a escolha por atividades lúdicas deve partir de um plano de ensino com fundamentação teórica, definidas com base nos objetivos claros que se queira alcançar, visando atender as necessidades socioafetivas e psíquicas da criança pequena, o que não significa “deixar as crianças brincando”.

As entrevistadas P3 e P4 destacam em suas falas que buscam alinhar o lúdico com a proposta da turma, sem deixar de lado os conteúdos trabalhados e de maneira articulada aos objetivos e intencionalidades.

“Essa é uma parte muito importante npe, porque o ensino ele vem junto com o educar, porque assim você educa e você ensina, e eles dois andam juntos, você tem que procurar estratégias e metodologias que você consiga alinhar esse educar brincando também aos conceitos pra que a criança venha se desenvolver corretamente.” (P3)

“A gente não leva tão assim, eu digo pesado né, mas de forma lúdica a gente ensina a eles brincando, porque se a gente não for ensinar dessa forma acaba ficando muito cansativo pra eles, então a gente trabalha mais na ludicidade, na parte de brincar, mas sempre focando na parte pedagógica, transformando tudo isso na parte pedagógica, não é de maneira livre né, eu busco alinhar com os planejamentos, projetos, essas coisas, assim se torna mais fácil pra eles aprenderem né?. (P4)

Os teóricos da PHC, embasados na Psicologia Histórico-Cultural defendem que as velhas gerações têm como papel educar as novas gerações, defendendo o ensino

na Educação Infantil e, enfatizando a necessidade de organizar sistematicamente o processo ensino-aprendizagem das crianças, de forma intencional e cientificamente fundamentada.

Nessa perspectiva, Martins (2011, p. 54) destaca que “é função precípua da educação escolar, a quem compete a tarefa de ensinar, isto é, promover a socialização dos conhecimentos representativos das máximas conquistas científicas e culturais da humanidade, por meio da prática pedagógica, tornando a realidade inteligível”.

A professora P3 destaca também em sua fala o assistencialismo presente nas creches e que isso é decorrente de um movimento histórico da nossa sociedade.

“Antigamente os CMEI’s eram vistos como local que as mães colocava os filhos pra poder trabalhar né, ainda veem isso, mas hoje a criança aqui ela aprende, ela brinca, ela interage e é avaliada também por meio dos relatórios, os diagnósticos que a gente prepara, frequência, essas coisas. Então hoje o ensino é bem diferente do que era antigamente, melhorou né?” (P3)

O papel do ensino na Educação Infantil vai muito além de um simples atendimento ou preparação para o Ensino Fundamental. De acordo com Pasqualini (2006), deve ser embasado em fundamentos científicos, conduzido de maneira intencional e consciente pelo educador, visando à apropriação do patrimônio humano genérico pela criança e ao estímulo do seu desenvolvimento psíquico.

De acordo com as análises apresentadas, nota-se que o ensino se faz presente no trabalho educativo das entrevistadas, algumas professoras assumem e verbalizam sua importância nas atividades pedagógicas, enquanto outras, quando questionadas acerca da presença do ensino em suas atividades, apontam que realizam atividades lúdicas, dissociando-as da intencionalidade pedagógica.

Isso implica reconhecer que as atividades desenvolvidas na Educação Infantil devem estar orientadas por um método de ensino que possibilite o desenvolvimento pleno dos sujeitos envolvidos no trabalho educativo.

6. Considerações Finais

A Educação Infantil, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN,1996) é definida como sendo a primeira etapa da educação básica, no que diz respeito o desenvolvimento integral da criança pequena, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Considerando essa afirmação e tomando como referência a temática deste trabalho, destacamos que o educador infantil em sua atuação pedagógica deve discernir as funções de cuidar e educar como elementos constituintes, ou seja, de forma complementar, onde o cuidar complementa o educar e vice-versa.

Com isso, e como objetivo de ultrapassar o cuidar e educar, o presente estudo buscou compreender por meio da concepção das professoras da Educação Infantil em João Pessoa se no binômio do “cuidar e educar” colocado anteriormente também há o ensino e de que forma esse ensino está acontecendo dentro dos agrupamentos de Pré-II com crianças de 04 à 05 anos e 11 meses de idade.

A Pedagogia da Infância com o intuito de superar a perspectiva de que o modelo escolar está associado ao tradicionalismo, a disciplinarização, à negação da liberdade e da espontaneidade infantil propõe que é preciso distanciar a criança pequena desses fazeres pedagógico mecânicos e disciplinadores e, conseqüentemente, da escolarização. Nesse sentido, defendem o “educar” em detrimento ao “ensinar”, apontando que o educar é mais amplo que o processo de ensino.

Segundo essa perspectiva, a Educação Infantil “faz parte da Educação Básica, mas não tem como objetivo o ensino e, sim, a educação das crianças pequenas” (Cerisara, 2004, p.8). Ou seja, conforme sinaliza a autora, o foco, na Educação Infantil, não estaria nos processos de ensino aprendizagem, mas nas chamadas relações educativo-pedagógicas.

A PHC, por outro lado, tem direcionado os seus estudos em defesa do ensino na Educação Infantil, pois defende, com base na Psicologia Histórico-Cultural, que a criança aprende a partir da mediação, uma ação colaborativa de crianças mais velhas ou de um adulto, que na escola seria o professor. Saviani (2013) destaca que “a escola

diz respeito ao conhecimento elaborado e não ao conhecimento espontâneo; ao saber sistematizado e não ao conhecimento fragmentado; a cultura erudita e não ao conhecimento popular” (p.14). Nesse caso, se contrapõem a concepção que a aprendizagem ocorre de forma espontânea por meio da interação.

As entrevistas realizadas com as professoras da Educação Infantil ajudaram a entender suas concepções acerca desse ensino e a importância de permanecer de maneira articulada com o cuidar e educar. Para chegar a tal objetivo, foi necessário, antes de tudo, percorrer um caminho teórico para entender como se desenvolver a Educação Infantil no Brasil, na Paraíba e em João Pessoa, uma vez que, a formação que se tem hoje, é decorrente dos aspectos históricos que marcaram o passado.

Para tanto, tornou-se necessário buscar, primeiramente, os fundamentos históricos da Educação Infantil, assim como uma breve contextualização da infância, em que destacamos que os cuidados que envolvem a dimensão afetiva e também os cuidados com os aspectos biológicos do corpo, como a qualidade da alimentação e cuidados com a saúde devem ser oferecidos e oportunizados de maneira variada, e que, ao educar deve-se criar situações significativas de aprendizagem. Esse aspecto de assistencialismo diz respeito, principalmente, as formas como tínhamos as creches, como locais de assistência enquanto as mães e ou mulheres responsáveis pelas crianças na maior parte do dia, os preparando principalmente para o mercado de trabalho.

Em seguida, foram apontados os marcos legais do reconhecimento da criança como um sujeito de direito e a Educação Infantil como uma etapa básica da educação, partindo da Constituição de 1988 quando houve essa determinação em seu artigo 208, inciso IV. O ECA entre os anos de 1994 à 1996, estabelecendo diretrizes pedagógicas com o objetivo da expansão de vagas. A LDB em 1996 que tem como principal finalidade promover o desenvolvimento integral da criança. Entre outros marcos como o RCNEI, os PCN's BNCC etc.

Além desses marcos e conquistas, buscou-se também compreender as Pedagogias Ativas e a maneira como estão divididas e embasadas teoricamente em Rousseau, Pestalozzi, Froebel, Montessori, Dewey e Piaget, como também a forma

como esse aporte influencia em nossa prática pedagógica e na relação professor aluno.

No que cerne a concepção das professoras, pode-se perceber em suas falas que todas destacam a importância do ensino nesta etapa e que ele se encontra presente no cuidar e educar, respondendo à questão central dessa pesquisa: “Na Educação Infantil o ensino, juntamente com o cuidar e educar, é um dos fatores determinantes no desenvolvimento das crianças?” Entretanto, muitas vezes são vistos de maneira desvinculadas.

Tomando como base a concepção das docentes, chegamos à conclusão de que as professoras em sua prática pedagógica assumem em parte um papel de cuidadora e assistencialista, ou seja, reverberam a dicotomia entre a assistência e a educação, prevalecendo ora cuidados básicos com a alimentação, a higiene, a proteção, entre outros cuidados específicos da faixa etária, ora as “atividades pedagógicas”.

O presente estudo, fundamentado na Pedagogia Histórico-Crítica, permite afirmar que na Educação Infantil, é responsabilidade do professor organizar o trabalho educativo. Ele atua como o agente responsável pela transmissão do conhecimento historicamente acumulado, reconhecendo o papel crucial da educação na formação humana dos sujeitos, assim como o seu próprio papel na formação das futuras gerações.

Referências

ARCE, Alessandra. **O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil e o espontaneísmo: (re) colocando o ensino como eixo norteador do trabalho.** In: ARCE, A; MARTINS, L.M. (org.). **Quem tem medo de ensinar na educação infantil? Em defesa do ato de ensinar.** 3. Ed. Campinas – SP: Alínea, 2013. P. 13-36.

ARCE, Alessandra; MARTINS, Ligia Márcia (org). **Ensinando aos pequenos de zero a três anos.** 2. Ed. Campinas-SP: Alínea, 2012.

ARCE, Alessandra. **Pedagogia da infância ou fetichismo da infância?** In: DUARTE, N. (org.) **Crítica ao fetichismo da individualidade.** Campinas: Autores Associados, 2004.

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família.** 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2015. Tradução Dora Flaksman.

ARIÈS, P. **A História social da criança e da família.** Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

BAPTISTA, Maria das Graças de Almeida. **Gramsci e Vigotski: da educação ativa à educação crítica.** João Pessoa: Editora da UFPB, 2012.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular:** Educação Infantil e Ensino Fundamental. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2017.

BRASIL. **Ministério da Educação.** Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 05/09, de 17 de dezembro de 2009. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.** Brasília: MEC/SEB, 2010.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação.** Lei nº 10.172/2001, de 09 de janeiro de 2001.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil.** Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998, volume: 1.

BRASIL. Ministério da educação - MEC. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Seção 1.

BRASIL. Lei Federal n. 8069, de 13 de julho de 1990. **ECA _ Estatuto da Criança e do Adolescente.**

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BUSS-SIMÃO, Márcia; ROCHA, Eloisa Acires Candal. **Nota crítica sobre a composição de pedagogias para a educação infantil**. Em Aberto, Brasília, v. 30, n. 100, p. 83-93, set./dez. 2017. Disponível em: <http://rbep.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/view/3301/0>. Acesso em 28 mar 2024.

CURY, Carlos Alberto Jamil. **Educação e contradição: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo**. 2. Ed. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1986.

DUARTE, Newton. **Vigotski e o “aprender a aprender”: crítica às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana**. Campinas (SP): Ed. Autores Associados, 2000.

FARIA, Sonimar C.de. História e política da educação infantil. In. FAZOLO, Eliane et al. **Educação Infantil em curso**. Rio de Janeiro: Ravil, 1997.

GANDINI, Lella. **Espaços educacionais e de desenvolvimento pessoal**. In: EDWARDS, Carolyn; GANDINI, Lella; FORMAN, George. (org.) **As cem linguagens da criança: a abordagem da Reggio Emilia na educação da primeira infância**. Tradução Dayse Batista. Porto Alegre: Penso, 2016. v.1. p. 137-150.

GASPARIN, João Luiz. **Uma didática para a pedagogia histórico-crítica**. 5. ed. Campinas-SP: Autores Associados, 2012.

GONÇALVES, Jacqueline da Silva. **Pedagogia da Educação Infantil: avanços desafios e tensões**. Curitiba-PR: Appris, 2015.

JOÃO PESSOA. **Plano de Ação 2017**. Secretaria de Educação e Cultura -SEDEC. Coordenação de Educação Infantil. João Pessoa, 2017.

JOÃO PESSOA. Lei ordinária nº 13.035, 19 de junho de 2015. **Dispõe sobre o Plano Municipal de Educação 2015-2025 e dá outras providências**. João Pessoa, 2015. Disponível em: Acesso em 03 abr 2024.

KRAMER, Sonia. **A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2006. Biblioteca da Educação - Série 1 - Escola; v. 3.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 22. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2011.

MARSIGLIA, Ana Carolina Galvão; BATISTA, Eraldo Leme (org.). **Pedagogia histórico-crítica: desafios e perspectivas para uma educação transformadora**. Campinas-SP: Autores Associados, 2012.

MARTINS, Lígia Márcia. **Pedagogia histórico-crítica e psicologia histórico cultural**. In: MARSIGLIA, Ana Carolina Galvão (org.) **Pedagogia histórico-crítica: 30 anos**. Campinas, SP: Autores Associados, 2011. P 43-58.

MEC. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998a. v. 1. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_vol1.pdf. Acesso em: 18 jan 2024.

MEC. Ministério da Educação e Cultura. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996**. Dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: MEC, 1996.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos. **Educação Infantil: fundamentos e métodos**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

OLIVEIRA-FORMOSINHO, J. **Pedagogia(s) da infância: reconstruindo uma práxis de participação**. In: OLIVEIRA-FORMOSINHO, J.; KISHIMOTO, T. M.; PINAZZA, M. A. **Pedagogia(s) da infância. Dialogando com o passado. Construindo o futuro**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

OLIVEIRA-FORMOSINHO, Júlia. **Pedagogia(s) da infância: reconstruindo uma práxis de participação**. In: OLIVEIRA-FORMOSINHO, Júlia; KISHIMOTO, Tizuko; PINAZZA, Mônica Apezato (org.). **Pedagogia(s) da infância: dialogando com o passado: construindo o futuro**. Porto Alegre: Artmed, 2007. P. 13-36

PASQUALINI, Juliana Campregher. **Princípios para a organização do ensino na educação infantil na perspectiva Histórico-Cultural: um estudo a partir da análise da prática do professor**. 2010. Tese (Doutorado em Educação Escolar) - Universidade Estadual Paulista 'Julio de Mesquita Filho', Araraquara-SP, 2010.

ROCHA, E. A. C. **A pesquisa em educação infantil no Brasil: trajetória recente e perspectiva de consolidação de uma pedagogia da educação infantil**. Florianópolis: UFSC, Centro de Ciências da Educação, Núcleo de Publicações, 1999.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 4. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2013. (Coleção memória da educação).

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 11. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2013b.

SAVIANI, Dermeval. **Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro**. Revista Brasileira de Educação, Caxambu: MG, v. 14, n. 40, jan.-abr. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v14n40/v14n40a12.pdf>>. Acesso em: 26 abr. 2024.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**. Campinas. São Paulo: Editora Autores Associados, 2008. (Coleção educação contemporânea).

SAVIANI, Dermeval. (1991b). **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 2. ed. São Paulo, Cortez e Autores Associados.

SEDEC. **Diretrizes Pedagógicas da Educação Infantil**. Secretaria de Educação e Cultura. Coordenação de Educação Infantil. João Pessoa: SEDEC, 2023.

SEDEC. **Manual de Orientações Pedagógicas**. Secretaria de Educação e Cultura. Coordenação de Educação Infantil. João Pessoa: SEDEC, 2018.

SEDEC. **Plano de Ação 2017**. Secretaria de Educação e Cultura. Coordenação de Educação Infantil. João Pessoa: SEDEC, 2017.

SEDEC. **Lei nº 8.996, 27 de novembro de 1999**. Dispõe sobre a criação do Sistema Municipal de Ensino de João Pessoa, e da outras providências. Secretaria de Educação e Cultura. João Pessoa, 1999. Acesso em 21 jan 2024.

STEMMER, Maria Regina Goulart da Silva. **Educação Infantil e pós-modernismo: a abordagem Reggio Emilia**. 2006. Tese (Doutorado em Educação)-Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2006.

TRIVINOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

APÊNDICES

APÊNDICE A – TERMO DE ESCLARECIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**

Você está sendo convidado a participar desta pesquisa que tem como objetivo *analisar as concepções estabelecidas pelas professoras da Educação Infantil de CMEI's na cidade de João Pessoa diante do cuidar e educar e o ensinar*. Sua participação ocorrerá através de entrevista semiestruturada, marcada com antecedência, cuja fala será gravada e transcrita. Todas as informações obtidas neste estudo são completamente reservadas, logo, será mantido sigilo sobre o seu nome ou sobre algum dado que o identifique. Não haverá nenhum risco ou desconforto ao participante, assim você poderá se recusar a participar, ou retirar seu consentimento a qualquer momento da realização do trabalho ora proposto, não havendo qualquer penalização ou prejuízo para o mesmo. Não haverá qualquer despesa ou ônus financeiro aos participantes desta pesquisa científica e não haverá qualquer procedimento que possa incorrer em danos físicos ou financeiros ao voluntário e, portanto, não haverá necessidade de indenização por parte da equipe científica e/ou da instituição responsável. Ao final da pesquisa você terá livre acesso ao conteúdo da mesma, podendo discutir os dados com o pesquisador. Ao dar a sua autorização por escrito, assinando a Permissão, as reflexões, por você desenvolvidas, serão utilizadas no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). A orientadora professora Maria das Graças de Almeida Baptista estará a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa e você poderá entrar em contato através do número (83)9 9145-6775, ou por e-mail mgabaptista@gmail.com, assim como a pesquisadora, Erika Sabrina, pelo número (83)9 9834-1651.

Tendo em vista o acima exposto, declaro que fui devidamente esclarecido (a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para futuras publicações dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.

Local e Data

Assinatura do entrevistado

Erika Sabrina dos Santos Silva – pesquisadora

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM AS PROFESSORAS**NOME:****IDADE:****TEMPO DE SERVIÇO NA EDUCAÇÃO INFANTIL:****ATUAÇÃO PROFISSIONAL EM ETAPAS ANTERIORES:**

1. FORMAÇÃO INICIAL
2. FORMAÇÃO CONTINUADA
3. PAPEL DO PROFESSOR NA EDUCAÇÃO INFANTIL
4. COMPREENSÃO DO CONCEITO DE CUIDAR
5. COMPREENSÃO DO CONCEITO DE EDUCAR
6. O ENSINO NA EDUCAÇÃO INFANTIL
7. COMPREENSÃO DO CONCEITO DE APRENDIZAGEM
8. COMPREENSÃO DO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO
9. A RELAÇÃO PROFESSOR-ALUNO NA EDUCAÇÃO INFANTIL
10. O PLANEJAMENTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL
11. AVALIAÇÃO SOBRE O SEU PAPEL NAS SÉRIES ANTERIORES

ANEXOS

ANEXO A – CARTA DE ANUËNSECRETARIA DE
EDUCAÇÃO E
CULTURAJOÃO
PESSOACADA VEZ
MELHOR

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
DIRETORIA DE ENSINO, GESTÃO E ESCOLA DE FORMAÇÃO

CARTA DE ANUÊNCIA

Declaramos para os devidos fins que, concordamos que a estudante **ERIKA SABRINA DOS SANTOS SILVA**, do Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, para realizar nos CMEIs da Rede Municipal de João Pessoa, coleta de dados necessários ao seu projeto de pesquisa para o Trabalho de Conclusão de Curso - TCC, intitulado: **A PRÁTICA PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: A INDISSOCIABILIDADE PRESENTE ENTRE O “CUIDAR E EDUCAR”**, sob orientação da Profª Dra. Maria das Graças de Almeida Baptista. A pesquisa tem como objetivo geral: analisar a concepção da professora da Educação Infantil sobre o ensino presente no binômio “cuidar” e “educar”. E como objetivos específicos: Debater a história da Educação Infantil; Identificar como a prática pedagógica da Educação Infantil está organizada legalmente; conceituar o “cuidar e educar” na Educação Infantil a partir da prática pedagógica. A autorização está condicionada ao comprometimento do(a) pesquisador(a) em utilizar os dados e materiais coletados exclusivamente para fins da pesquisa.

João Pessoa, 10 de abril de 2024.



Clévia Suyene Cunha de Carvalho
Diretora de Ensino, Gestão e Escola de Formação
Matrícula: 82.615-4